

28/08/2019

Grande Imprensa

VALOR ECONÔMICO - SP

[À espera de promessas, chefe do CNPq diz que órgão não vai parar](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[As bolsas do CNPq e a Obmep](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Governo Bolsonaro cancela premiação de professores de educação básica](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[USP abre vagas para premiados em olimpíadas](#)

[Educação, com inovação](#)

O GLOBO - RJ

[Discutindo a relação](#)

[Ensino precisa ampliar os meto os tradicionais](#)

[Sem mais verbas, 80 mil bolsas do CNPq param no início de setembro](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[MINISTÉRIO ANUNCIA SECA EM VERBA PARA PESQUISA](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[UFRR pode ter recursos descontingenciados a partir de setembro](#)

O TEMPO - MG

[Verba para pagar bolsas do CNPq acaba no sábado](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Ex-ministros de Ambiente, SBPC e OAB pedem moratória de leis que afetem](#)

[Amazônia](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo Bolsonaro cancela premiação de professores de educação básica](#)

AGÊNCIA VALOR

[Governo Bolsonaro cancela premiação de professores de educação básica](#)

G1

[Universidade Federal do Cariri rejeita adesão ao Future-se, do Ministério da Educação](#)

[Reitoria prevê que UFU deve iniciar o próximo ano com dívida de R\\$ 30 milhões](#)

PORTAL EXAME

[Com ensino cada vez mais digital, uso de biometria facial avança](#)

PORTAL ISTOÉ

[Ex-ministros de Ambiente, SBPC e OAB pedem moratória de leis que afetem](#)

[Amazônia](#)

R7

[Entenda qual é a Política do MEC para alfabetização](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ex-ministros de Ambiente, SBPC e OAB pedem moratória de leis que afetem](#)

[Amazônia](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Sob risco de colapso, CNPq financia um terço da ciência nacional](#)

CORREIO DA AMAZÔNIA - AM

[IComp – Instituto de Computação da UFAM](#)

HOJE EM DIA - MG

[UFMG aprova proposta para criar autoavaliação da sua pós-graduação](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[ANPG publica nota pedindo reversão da medida que corta bolsas](#)

[III Fórum Anual do CONFAP divulga a carta aberta “O Desenvolvimento Nacional passa pelo CNPq”](#)

[Assine a petição em defesa do CNPq!](#)

PORTAL ÉPOCA

[FRUSTRADOS COM POLÍTICAS AMBIENTAIS DO GOVERNO,](#)

[PESQUISADORES DEIXAM O PAÍS](#)

G1

[UFABC recebe 5% de verba para investimentos e suspende construção de prédio](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - PE

[Privilegio para poucos](#)

Agências de notícias e sites

CLIC FOLHA

[Ludmila Rattis Teixeira, ecóloga espacial](#)

CONSULTOR JURÍDICO

[Legado jurisprudencial](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Coleta de dados para aperfeiçoar pesquisa termina em 30 de agosto](#)

[Bases de conhecimento da OCDE disponíveis para o público](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Comissão debaterá proposta do MEC para gestão de universidades](#)

FOLHA - GO

[-candidatos com dificuldade de acesso podem ligar para 0800](#)

G1

[Minicurso na UFMT discute racismo institucional na educação básica](#)

GAZETA DO POVO – PR

[O Future-se, o passado e o Acórdão 2.731](#)

JORNAL BOM DIA (RS)

[UFFS propõe encaminhamentos sobre o programa Future-se](#)

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

À espera de promessas, chefe do CNPq diz que órgão não vai parar

Um áudio que circula em grupos de cientistas no WhatsApp funcionou nos últimos dias como gasolina em uma fogueira que já queima alto em meio ao medo de que a falta de verbas leve ao cancelamento de bolsas ligadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Um deles é a suposta intenção do governo de fundir o CNPq com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** sob o Ministério da Educação, a fim de garantir controle ideológico sobre o órgão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6410113/espera-de-promessas-chefe-do-cnpq-diz-que-orgao-nao-vai-parar>

topo ↗

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

As bolsas do CNPq e a Obmep

FERNANDA A. DA FONSECA SOBRAL

Professora aposentada da UnB e vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

GILBERTO LACERDA SANTOS

Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB)

Conforme anunciado na última semana, a partir de setembro, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) promoverá a suspensão de bolsas de estudos pós-graduados e de pesquisa avançada, caso não haja aprovação de créditos suplementares. A gravidade e os impactos negativos para a pesquisa científica e tecnológica em nosso país, decorrentes dessa suspensão, foram amplamente divulgados e a comunidade científica brasileira, de todas as áreas de conhecimento, brada forte em oposição à medida. Todavia, o anúncio dos cortes inclui também as bolsas de iniciação científica concedidas para medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), estudantes de ensino médio de todo o país, em favor dos quais aqui também nos manifestamos.

É fundamental que seja evidenciada a importância bastante consolidada da Obmep para o ensino de matemática e das bolsas de iniciação científica para os medalhistas, no sentido de potencializar talentos e incentivar carreiras em uma área de conhecimento crítica e básica. Criada em 2004, a Obmep objetiva contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica; identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas; incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; integrar as escolas públicas com as universidades públicas, com os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas; e promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento. São objetivos que por si só mereceriam ampliação dessa importante política pública, em vez de submetê-la a cortes orçamentários injustificáveis.

A Obmep premia os alunos com medalhas de ouro, prata, bronze e certificados de menção honrosa, além de Bolsas de Iniciação Científica Júnior. Os professores das escolas públicas responsáveis pela inscrição dos alunos vencedores também são premiados com cursos de atualização e aperfeiçoamento, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), criado em 1952, uma das instituições mais respeitadas da ciência brasileira e um dos centros mais reconhecidos de pesquisa matemática no mundo.

Em trabalho de avaliação da Obmep que conduzimos em 2010, ficou evidente que diferentes atores chave estão intrinsecamente associados ao sucesso da iniciativa e se beneficiam dela. Além da equipe diretamente envolvida em sua realização em todo o Brasil (diretoria acadêmica, coordenadores nacionais e regionais, pessoal de apoio técnico entre outros), milhares de gestores escolares e de professores e milhões de alunos e pais de alunos dão forma efetiva à olimpíada, tornando-a um empreendimento extremamente bem-sucedido no que se refere ao alcance geográfico. Em pouco mais de uma década, a Obmep alcançou quase 18 milhões de alunos e mais de 47 mil escolas,

tornando-se a maior olimpíada estudantil do mundo, e esse ataque irresponsável por meio do corte de um de seus principais seguimentos, as bolsas de iniciação científica, fraqueja seus tentáculos e compromete o projeto de futuro que a olimpíada deveria ajudar a construir.

A Obmep procura, sobretudo, identificar o aluno talentoso, hábil em matemática, a fim de colocá-lo em evidência, oferecer a ele um suporte moral e financeiro para que ele persista e avance com sucesso em estudos no campo da ciência e da tecnologia. Ainda que os alunos medalhistas sejam talentosos, há um aumento significativo do interesse pela área de conhecimento na medida que as bolsas de iniciação científica os insere em contextos de estudos avançados, mesmo na condição de estudantes de ensino médio.

No que concerne ao suporte moral, ficou evidente a melhoria da autoestima dos alunos, pelo reconhecimento dos professores e da família. No que se refere ao suporte financeiro possibilitado pelas bolsas, diversos alunos apontaram que, além do insumo financeiro, a dinâmica acadêmico-científica decorrente de sua imersão em situações de iniciação científica é um fator crucial em sua decisão de prosseguir estudos nas áreas de engenharias, ciência da computação e matemática, carreiras preferidas pelos medalhistas, conforme evidenciou nosso estudo.

Finalmente, é importante destacar que o desenvolvimento científico e tecnológico de um país requer também apoio para aqueles que aspiram ser pesquisadores ou engenheiros e o poder público não pode se eximir desta responsabilidade. Basta constatar que, diante das informações apresentadas, as engenharias, uma das áreas consideradas prioritárias pelo novo governo, tende a ficar prejudicada com a suspensão das bolsas para a Obmep, o que consiste em um verdadeiro tiro no pé. Ou seja, mais uma vez, percebe-se que o que está em jogo, de fato, é uma desvalorização da ciência e do ensino público, o que representa um grave risco para o futuro do país, de repercussões negativas a curto, médio e longo prazos.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo Bolsonaro cancela premiação de professores de educação básica

Professores já haviam inscrito suas experiências pedagógicas em abril e maio

Brasília

O MEC (Ministério da Educação) cancelou nesta terça-feira (27) uma premiação que reconheceria professores de escolas de educação básica, etapa apontada como prioridade do governo Jair Bolsonaro (PSL). O Prêmio Professores do Brasil previa o reconhecimento de mais de 500 professores e a distribuição de R\$ 278 mil a profissionais de destaque.

A decisão pegou de surpresa parceiros do projeto, como entidades que representam secretários municipais e estaduais de Educação. A revogação, publicada nesta terça no Diário Oficial da União, ocorre no dia em que se esperava a divulgação vencedores de uma etapa estadual.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/governo-bolsonaro-cancela-premiacao-de-professores-de-educacao-basica.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

USP abre vagas para premiados em olimpíadas

A Universidade de São Paulo (USP) oferecerá, no 1.º semestre de 2020, 113 vagas em cursos de graduação para participantes e medalhistas de competições de conhecimento, como as olimpíadas brasileiras de Matemática, Física, Química e Biologia, além das competições internacionais. As vagas, que variam de uma a três por curso, estarão disponíveis em diferentes turnos de 55 graduações.

O candidato deve ter participado ou ter sido premiado há, no máximo, dois anos. Serão consideradas 20 competições – nove brasileiras e 11 internacionais. A USP prevê pontuação maior de acordo com o tipo de premiação. Ouro vale mais do que prata e competições estrangeiras valem mais do que o dobro das nacionais.

As inscrições, por meio da internet, começaram anteontem e vão até 13 de setembro. Com a medida, a USP se junta à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que já adota programa similar. No fim do ano passado, a Unicamp destinou 90 vagas para ingresso exclusivo de medalhistas. Em universidades americanas de ponta, como Harvard e Yale, a participação nessas competições não é o único critério, mas conta na seleção.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Educação, com inovação

É PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO DA CESAR.SCHOOL, FUNDADOR E PRESIDENTE DO CONSELHO DO PORTO DIGITAL E CHIEF SCIENTIST NA DIGITALSTRATEGY.COMPANY

silvio@meira.com

Dados recentes sobre educação no Brasil mostram que 61% dos alunos que iniciaram cursos de pedagogia e licenciatura em 2017 entraram no ensino “a distância” (EAD), ante 34% em 2010. É um número desproporcional ao do sistema (27% a 13%), apesar do crescimento ser da mesma ordem de grandeza. Os futuros professores que cuidarão das salas de aula no futuro não estão nas salas de aula. E isso pode ser bom. Por quê? A seguir, nove observações sobre a aula, a sala, EAD e ensino digital, online.

- A sala de aula morreu. A educação presencial, clássica, é ruim;
- Quase todo EAD é só a sala “longe” numa tela pequena;
- O EAD como sala longe é tão ruim quanto a sala perto – o que não implica na impossibilidade de fazer educação digital de qualidade;
- Aprendizado baseado em problemas, interativo, experimental, lúdico, pode ser digital e online;
- Distância é problema para EAD “clássica” porque “distancia” o aluno da “sala”;
- Um ambiente para educação digital é bem mais do que “vídeos das aulas publicados na rede”;
- Nenhum ambiente para EAD usa “efeitos de rede” – conexão, relacionamento e

interação, entre aprendizes e facilitadores – apropriadamente;

- Não há divisão local versus distância em processos de aprendizado. O tempo todo, alunos nas universidades estão online: a educação é híbrida;
- Já faz tempo que chegou a hora de criar tempo e recursos para experimentar e inovar em educação: porque a aula morreu.

Não é fácil perceber que a solução dos problemas de aprendizado envolve mais do que professores, alunos, salas e materiais educacionais. É preciso inovar. A inovação no sistema educacional, para ser verdadeira, tem de ser sistêmica. Hoje, é preciso fazer inovações incrementais, até que um certo conjunto delas possa se transformar em ruptura. Cada passo tem de ser repetido até que se possa avançar. Parece simples, mas não é: fazer algo de forma incremental, mas sem iteratividade, pode levar a lugar nenhum. À medida que o incremental gera práticas, elas viram rotina e criam impacto no sistema, podendo ser medidas. Quando as coisas são medidas é porque, em tese, são essenciais.

Isso é só um resumo de uma grande tese de como inovar em sistemas complexos. Por que não dizemos logo o “que” fazer para resolver a educação no Brasil? Porque ninguém sabe, não há “um” caminho. Há uma imensidão de coisas a fazer, a tentar e a aprender. O processo de mudança de um sistema educacional é, em si mesmo, um complexo processo de aprendizado. Se não for tratado assim, levará a becos sem saída. Precisamos de educação com inovação.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Discutindo a relação

Desde a Guerra da Lagosta, em 1962, quando atribuíram ao general De Gaulle a frase "o Brasil não é um país sério", que ele não pronunciou, as relações entre seus presidentes não estiveram tão desgastadas. As queimadas na Amazônia chamuscaram Macron e Bolsonaro. A disputa baixou o nível quando foi postada uma montagem de fotos dos dois casais com a legenda: "Agora se entende por que Macron persegue Bolsonaro?" O capitão debochou: "Não humilha, cara. Kkkkkkk". (Brigitte Macron, 66 anos, é 24 mais velha que o marido, e Michelle é 27 anos mais jovem que Jair).

A resposta ao humor sexista veio em tom civilizado, mas incisivo: "O que posso dizer desses comentários extraordinariamente desrespeitosos em relação à minha esposa. É triste. Mas é triste, sobretudo, para ele e os brasileiros. Penso que as mulheres brasileiras têm, sem dúvida, vergonha de seu presidente. Penso que os brasileiros, que são um grande povo, têm um pouco de vergonha de ver esse comportamento".

O revide foi em forma de recusa dos 20 milhões de euros que Macron, em nome do G-7, ofereceu para combater as queimadas. "Quem é que está de olho na Amazônia? O que eles querem lá?". (Ontem, ele admitiu, pra variar, voltar atrás se "Macron retirar os insultos". Não se referiu à fala do ministro da Educação, que xingou o presidente francês de "calhorda").

Os que lá fora se escandalizaram com o que está acontecendo com a Amazônia certamente não acompanharam as promessas de Bolsonaro como candidato. A produtores rurais, por exemplo, ele garantiu: "Não vai ter um canalha de fiscal metendo

a caneta em vocês. Direitos humanos é a pipoca, pô".

Já o ministro Ricardo Salles, após assumir, incendiou as redes sociais ao admitir na televisão que nunca tinha visitado a Amazônia e, pior, nem sabia quem era o líder seringueiro que inscreveu a causa amazônica na agenda planetária, dando a vida em sua defesa. "O fato é irrelevante. Que diferença faz quem é Chico Mendes?", indagou, inaugurando o festival que assola o país: o da ignorância arrogante.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Ensino precisa ampliar os métodos tradicionais

Especialistas debatem a importância da interdisciplinaridade no Educação 360 STEAM, evento realizado ontem no Museu do Amanhã, e afirmam que a arte e a tecnologia devem ser ferramentas para incentivar a criação

Inspirados em Leonardo da Vinci, que criava sem distinguir disciplinas, os alunos do século XXI também devem ampliar os métodos tradicionais, tendo a arte e a tecnologia como aliadas e o professor como mediador. Esse foi o tom do Educação 360 STEAM, realizado ontem no Museu do Amanhã com debates sobre Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática —que formam a sigla STEAM, em inglês. O evento é uma realização dos jornais O GLOBO e Extra, com patrocínio do Colégio pH e da Fundação Telefônica Vivo, e o apoio institucional da Revista Galileu, do site Te-chtudo, TV Globo, Canal Futura, Unicef e Unesco.

O físico e escritor alemão Stefan Klein abriu o evento passeando pelas obras de Da Vinci. Para Klein, o artista e cientista renascentista é o maior exemplo do que um ser humano pode aprender a partir da sua própria curiosidade:

— Estamos acostumados a dividir conhecimento em disciplinas e procurar lógica em cada uma delas. Leonardo buscava a relação entre elas —afirmou Klein, reforçando a importância do professor. — Gênios não nascem gênios, eles são criados. Leonardo é fruto da educação do seu professor Andrea del Verrocchio.

Diretor da Escola Vidigal, onde alunos de 4 a 7 anos são alfabetizados por meio de técnicas múltiplas, o artista plástico Vik Muniz enxerga o ensino tradicional como formador de "técnicos e burocratas". Prefere pensar as disciplinas como blocos e diz que a arte é o cimento que os une. Para ele, a escola não deve ser um ambiente fechado que polariza com o "mundo lá fora".

— Cada experiência que tive me ensinou que todos os problemas do mundo poderiam ter sido resolvidos com educação —diz ele.

A partir de amanhã, em parceria com a organização Artolution, a Escola Vidigal começa um programa de videoconferências entre alunos do Vidigal e crianças que vivem em campos de refugiados.

— Essas crianças, do Vidigal e dos acampamentos, se sentem excluídas, isoladas. O objetivo desse projeto é quebrar os muros que têm sido construídos em todos os países e mostrar que existe um mundo inteiro fora desses territórios — disse o educador e artista americano Max Frieder, à frente da organização que leva arte para locais marginalizados ou em conflitos armados, em mais de 30 países.

CAMINHOS PRÓPRIOS

Educadores defenderam que a tecnologia seja integrada ao processo educacional, e não mero acessório para animar as aulas. Foi observando seus alunos que Anderson Almeida, professor de Matemática do Colégio pH, percebeu que o método tradicional de expor o conteúdo no quadro não estava mais dando resultado. Hoje ele ministra aulas com serras, chaves de fenda e todo tipo de ferramentas, para que os alunos entendam como a matemática e outras disciplinas se aplicam na vida cotidiana.

Para Lucia Dellagnelo, diretora-presidente do Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB), inovar é usar tecnologia para oferecer atividades adequadas ao ritmo de cada um. Ela defende que o professor seja um "designer do processo de aprendizagem" e a tecnologia seja somente um dos instrumentos.

Segundo Nelson Pretto, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), todos os dados de programação e da internet devem ter livre acesso:

— Alunos e professores precisam hackear a educação por dentro, encontrar seus próprios caminhos, criar estratégias e não esperar que os grandes intelectuais das universidades ditem qual modelo seguir.

*Estagiária, sob supervisão de Eduardo Graça

Incentivo a pesquisas de risco

Diretor-presidente do Instituto Serrapilheira. o biólogo Hugo Aguilaniu aposta no risco das pesquisas científicas apoiadas pela fundação privada. criada em 2017.

Enquanto bolsas e editais públicos são em geral aplicados em investigações mais seguras de terem resultado. o Serrapilheira incentiva pesquisas que. sem esperar um retorno específico. podem arriscar mais.

— Procuramos pesquisadores brasileiros que tenham uma grande pergunta. Aceitamos. por sermos privados. que uma parte dos projetos que investimos não vai dar em nada. Risco alto, jogo alto — afirmou Aguilaniu ressaltando a importância da divulgação da ciência. outra faceta do instituto. Em 2019, 24 projetos receberam investimento inicial de R\$ 100 mil do Serrapilheira. Depois de um ano. três serão selecionados para ganharem até R\$ 1 milhão. Depois de três anos. o contrato pode ser renovado com R\$ 333 mil anuais.

Aguilaniu enfatizou a importância da diversificação de investimentos:

— Não podemos deixar o CNPq morrer. O investimento público é essencial para se fazer uma pesquisa científica de ponta. Ciência gera economia, produtos. Mas também faz parte da nossa cultura. da mesma forma que a literatura e as artes.

Escola sem disciplinas e notas

Voltada para a programação de softwares. a Escola 42 não tem professores. grade de disciplinas, horários fixos ou notas. sendo baseada no desenvolvimento de projetos.

Para Karen Kanaan. sócia da 42 São Paulo. essa é a chave do sucesso do modelo de ensino que nasceu na França. em 2013, e já existe em 18 países:

— É a metodologia livre que dá segurança para os alunos criarem.

Para Guilherme Caixeta. ex-aluno da 42 do Vale do Silício. o fato de a escola não ter

professores ou horários fixos acaba garantindo que os "tripulantes: como os alunos são chamados, estão realmente dispostos a aprender e criar. já que não há qualquer obrigação.

No Rio de Janeiro, a Escola 42 será inaugurada em janeiro de 2020.0 único pré-requisito para ingressar é ser maior de 18 anos. Americo Mattar, diretor-presidente da Fundação Telefônica Vivo, uma das financiadoras da escola no Brasil, esclarece que o objetivo da 42 não é substituir o ensino técnico ou superior, e sim valorizar os saberes:

— Nem sempre um aluno sai com as competências que aquele diploma indica. Na 42, não existe diploma, porque o que importa é o que o tripulante aprende.

Aulas online para democratizar acesso

Os professores youtubers Ivys Urquiza, Rafaela Lima e Tatiana Rezende não acreditam que as aulas online acabarão com o contato em sala de aula, mas podem democratizar o acesso à educação. Eles defendem o uso de inovações tecnológicas como mais uma ferramenta do professor.

— As vezes, durante um dia inteiro, só tenho um quadro e uma caneta para ensinar. E fico pensando em como ter uma tela ajudaria o processo de aprendizado dos alunos. Em vez apenas falar sobre uma célula, eu poderia mostrar de fato como ela — disse a professora de ciências Rafaela, cujo canal Mais Ciências tem mais de cem mil inscritos. Professor do canal Física Total, com mais de 430 mil inscritos, Urquiza ressaltou que, segundo informações do YouTube Edu, projeto do YouTube voltado para a educação, nove entre dez usuários frequentes já usaram a plataforma para aprender, desde uma disciplina escolar até como fazer um bolo ou trocar a resistência de um chuveiro:

— Lembra quando a gente precisava procurar livro por livro nas bibliotecas? Vocês trocariam a possibilidade de pesquisar on line por voltar àqueles tempos? A tecnologia é uma realidade, e nós, professores que nascemos num mundo sem internet, já aprendemos muito até aqui.

Ações para as mulheres cientistas

Depois de falar sobre a desigualdade de gênero nas posições de comando no Brasil, a reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Pires de Carvalho, juntou-se a outras três pesquisadoras no painel "Mulher e STEAM que encerrou o Educação 360 STEAM. Elas defenderam as políticas afirmativas para aumentar a diversidade racial, social e de gênero nas universidades e no mercado de trabalho. Belita Koiller, diretora do Instituto de Física da UFRJ, defende o incentivo de meninas de até 18 anos como único caminho para aumentar a presença feminina nas ciências. Para Camila Achutti, CEO e cofundadora da Mastertech, plataforma de educação voltada para as competências do século XXI, esse é um debate econômico, e não um "papo de mulher":

— Não é economicamente viável pensar no fortalecimento do Brasil como potência tecnológica contando apenas com os homens, que são 50% da população. Vamos precisar de todo mundo. A recrutadora da ThoughtWorks Brasil Juliana Oliveira ressaltou a importância de se pensar a interseccionalidade dentro do debate de gênero:

— Se são poucas mulheres nas áreas tecnológicas, mulheres negras são menos ainda.

Workshops sobre aprendizagem

O Educação 360 STEAM teve uma série de workshops sobre métodos de ensino. Em "Educação na cultura digital: o psicopedagogo Beto Silva, da Fundação Telefônica Vivo, usou jogos lúdicos para discutir a Base Nacional Comum Curricular com professores de perfis diversos. Duas das iniciativas da fundação são a Rede Escola Digital, plataforma gratuita e aberta de busca que já conta com mais de 28 mil objetos digitais de aprendizagem (ODAs), e a plataforma Escolas Conectadas, com cursos online para professores.

— Para inovarmos na educação podemos ou não utilizar tecnologias digitais — disse Silva. — Tecnologia significa estudo da técnica. Mudanças de espaço dentro da escola já podem ser inovações. No workshop "Multipotencialidade: você pode ser o que quiser" Eduardo Valladares quis despertar no público a "coragem de ser vulnerável: discutindo a importância das capacidades socioemocionais, e não somente do conteúdo formal. Valladares, que se define como "designer de aprendizagem: disseque nossas habilidades devem ser mais importantes do que a profissão: — Quem ensinou que fazer coisas diversas é errado ou anormal? Quando somos multipotenciais, aprendemos a nos adaptar a novos contextos.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Sem mais verbas, 80 mil bolsas do CNPq param no início de setembro

BRASÍLIA

Se nenhum recurso for liberado pelo governo para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), as cerca de 80 mil bolsas de pesquisa mantidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado à pasta, serão suspensas a partir de setembro, em um verdadeiro apagão na ciência do país. O pagamento da folha de agosto ocorrerá por volta do quinto dia útil do mês de setembro.

"Após esse pagamento, se não houver recomposição orçamentária, não haverá mais recursos para pagamento das bolsas atualmente em curso", afirmou o CNPq em nota ao GLOBO. O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, vem afirmando publicamente que só tem recursos para pagar os incentivos "até setembro" e que está pedindo liberação de verba ao Ministério da Economia.

O CNPq é um das principais agências de pesquisa científica e tecnológica do país, ofertando bolsas a alunos da educação básica, graduação, pós-graduação, recém-doutores e pesquisadores experientes no país e no exterior. Além disso, o conselho investe em projetos de pesquisa e nas ações de divulgação científica e tecnológica no país. Essas ações, no entanto, também estão prejudicadas.

Cerca de 300 eventos científicos que já haviam sido aprovados tiveram o incentivo cancelado. Na linha de eventos com foco mundial, 14 projetos tinham sido referendados e esperavam o recurso federal. Há também outras duas linhas, eventos nacionais e regionais, com projetos aprovados.

Outra chamada do mesmo edital, que estava na fase de análise das propostas, foi cancelado. No total, o CNPq iria aportar cerca de R\$ 15 milhões em divulgação científica. Neste ano, a agência cancelou a concessão de novas bolsas.

topo ↗

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

MINISTÉRIO ANUNCIA SECA EM VERBA PARA PESQUISA

A notícia que nenhum pesquisador brasileiro queria ouvir saiu ontem como uma bomba da boca do ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes: só há dinheiro para pagar as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até o fim do mês. O conselho precisa de R\$ 330 milhões para honrar compromissos com os bolsistas e terminar o ano no azul. Hoje, instituições ligadas à ciência entregam no Congresso um abaixo-assinado em defesa da instituição. Com quase 10% dos bolsistas de todo o Brasil, Minas Gerais terá 7.650 bolsistas correndo risco de ter os trabalhos interrompidos se nenhum recurso for aportado até o fim de semana. Com as duas principais agências federais de fomento à ciência no país na corda bamba – a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** também tem sofrido sucessivos cortes de bolsas –, o medo dos profissionais é de a pesquisa parar definitivamente no país.

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) informou que tenta resolver o problema junto ao Ministério da Economia e à Casa Civil. Acrescentou que não houve contingenciamento e que repassou integralmente ao CNPq os recursos já disponibilizados para o ano de 2019. O problema é que os valores previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) já vieram deficitários. Dos R\$ 784 milhões aprovados na LOA para bolsas, R\$ 330 milhões estavam sem previsão no caixa. O ministério depende agora de aprovação de crédito suplementar para recompor o orçamento do conselho. No próximo quinto dia útil, o CNPq fará o pagamento referente à folha de agosto.

A partir de então, a situação orçamentária fica a descoberto. Atualmente, são 83.405 bolsas distribuídas para estudantes de iniciação científica e pós graduação nos 27 estados, mais o Distrito Federal, e para aqueles com pesquisas em 25 países. Minas é o terceiro estado com o maior número de bolsistas, atrás apenas de São Paulo, com 18.470, e do Rio de Janeiro, com 16.996 (veja arte). Juntos, os três estados respondem por mais da metade das bolsas no país. “O CNPq avisou há mais tempo que tinha orçamento só até setembro, mas estávamos sempre na esperança de um repasse a mais. Mas ele não veio.

O comunicado do ministro concretizou as previsões do que se temia, caso o quadro financeiro não mudasse”, relata a vice-diretora de Ensino, Comunicação e Informação da Fundação Oswaldo Cruz em Minas (Fiocruz Minas), Cristiana Brito. “O quadro nos faz perder a esperança de ter uma solução pelo menos imediata. E dá a entender que não há interesse em repassar esse recurso”, diz. No Instituto René Rachou, o braço mineiro da Fiocruz, 55 bolsas de iniciação científica e nove de mestrado e doutorado são do CNPq. “Isso significa que a partir de segunda-feira, 64 bolsistas não terão mais como se manter. Alunos de pós-graduação precisam de dedicação exclusiva para fazer teses e dissertações, para se dedicar a esse fomento de formação.

Sem essa ajuda de custo, o risco agora é de a pesquisa no Brasil parar totalmente.” Cristiana Brito lembra que mais de 70% da pesquisa no país está, principalmente, nas mãos de estudantes de pós-graduação. “As pessoas têm que entender, no sentido amplo, que toda a tecnologia desenvolvida no mundo inteiro é ciência. Para um celular novo e moderno é preciso ciência. Todos os medicamentos e vacinas desenvolvidas no mundo

foram criados a partir do trabalho científico, para embasar seu uso e desenvolvimento. Ou seja, estamos falando de situações do dia a dia”, ressalta.

■ FUGA DE CÉREBROS

Para a diretora, as implicações da falta de repasses são ainda mais graves: o país perderá cérebros para o exterior (no caso de cientistas já titulados) e a ciência perderá a oportunidade de novas cabeças, uma vez que os estudantes tendem a desistir dos trabalhos. “Estamos perdendo essas pessoas que não são formadas, a quem restará fazer outra atividade e trabalhar em subemprego, pois também não há emprego”, diz. “Nunca vi uma crise como essa. Houve outras épocas com falta de recurso, mas não havia falta de credibilidade nem desmonte das instituições.”

A Fundação Ezequiel Dias (Funed), de Minas Gerais, ressaltou por meio de nota que os recursos do CNPq são fundamentais para a manutenção de projetos de pesquisa, bolsas de iniciação científica, eventos de divulgação e popularização da ciência, participação em seminários e congressos e comunicação pública da ciência. “A pesquisa científica é a base para o desenvolvimento tecnológico e de inovação do país”, destaca o texto.

“A Fundação Ezequiel Dias, enquanto instituição pública vinculada ao Sistema Único de Saúde, Instituto de Ciência e Tecnologia, Laboratório Central de Saúde Pública e Laboratório Farmacêutico Oficial do Estado de Minas Gerais manifesta defesa à manutenção do repasse de recursos adequados para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e contra a sua extinção.”

MANIFESTO

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e entidades que fazem parte da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br) vão entregar hoje à tarde aos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), abaixo-assinado em defesa do CNPq. Lançado no último dia 13, o documento, que já tem quase 1 milhão de assinaturas, recebeu apoio de mais de 100 entidades científicas de todo o país, além de personalidades de destaque em várias áreas. Pela manhã, está marcada audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados para discutir a situação orçamentária do CNPq.

Segundo o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, “o abaixo-assinado é uma expressão clara do apoio de parcela significativa da população brasileira, em particular bolsistas, pesquisadores, professores, gestores e de todos os que se importam com o futuro da ciência e a tecnologia”.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

UFRR pode ter recursos descontingenciados a partir de setembro

Possível novo indicador para distribuição de recursos que está sendo estudado pelo Ministério da Educação poderá ser usado a partir de 2020

MEC

Desde que foi anunciado no mês de maio, pelo Ministério da Educação (MEC), o corte de 30% do repasse de custeio das universidades federais, a UFRR informou que teria problemas em manter algumas áreas essenciais, como energia e segurança, além de bolsas de estudo. Contudo, o MEC já sinalizou que irá descontingenciar recursos, conforme informação confirmada à Folha pelo o reitor da Universidade Federal de

Roraima (UFRR), professor Jefferson Fernandes.

O reitor que esteve em Brasília, disse que os recursos serão descontingenciados já no próximo mês de setembro, respeitando prioridades institucionais. “Tudo ocorrerá dentro do planejamento do nosso orçamento de custeio. Vamos priorizar as despesas que não foram impactadas pela governança, como despesas de energia, de manutenção da universidade, despesas de segurança. Com os recursos vamos honrar todos os compromissos e a UFRR vai chegar ao final do ano sem nenhum problema e funcionando perfeitamente. Essa foi a boa notícia na perspectiva que vamos cumprir dentro do ano fiscal tudo que tínhamos previsto, logicamente com algumas perdas, até porque o descontingenciamento não será total”, revela.

O reitor ainda afirma que o Ministério da Educação também divulgou que pretende manter no mínimo o mesmo orçamento da UFRR para o ano de 2020. “Ano que vem vamos ter no mínimo o mesmo orçamento de 2019, ou seja, vai pro Congresso Nacional o projeto da Lei Orçamentária agora no final desse mês e ele vai replicar o orçamento que tivemos em 2019. Isso me deixou tranquilo porque temos na UFRR um planejamento institucional até 2025 que define nossas ações”, afirma.

No dia 19 de agosto, o MEC sinalizou que poderá utilizar o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) como um dos indicadores para definir a distribuição de recursos para as universidades federais do país. Utilizando esse indicador, a UFRR poderia ser penalizada, já que ocupa uma das posições mais baixas na última avaliação divulgada.

O reitor destacou que os representantes do MEC deverão considerar o ranking, a partir de 2020, como apenas um dos critérios a ser utilizado para distribuição de recursos. Entre outros indicadores que estão sendo considerados estão o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

“Esse ranking [do TCU] começou a ser gerado em 2017 e não foram todas as universidades que responderam ao formulário que o TCU enviou, ou seja, foi uma amostragem das universidades. Estive em Brasília e com minha equipe chequei que foram dados amostrais, portanto, o próprio ranking neste momento, de 2017 para 2018, na nossa avaliação, não reflete a posição real da UFRR. Tem também que levar em consideração essa questão da localização e da regionalidade que a universidade está inserida e eles estão sensíveis a isso”, analisa Jefferson.

Apesar dos sustos com o contingenciamento de recursos e da possível utilização do ranking de governança do TCU, Fernandes revela que a UFRR mostrou desenvolvimento em várias áreas analisadas pelo possível novo indicador. “Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano Estratégico, Comitê de Governança. Tudo isso a gente implementou em 2018 e estou tranquilo porque esse dado anunciado não é o ranking real, que a universidade está inserida atualmente. Evoluímos no cumprimento que o TCU demandou em relação a governança e futuramente, em 2020, quando esse ranking vier à tona, não vamos ser tão mal avaliados como foi nesse primeiro momento. Eu estive no MEC e me foi informado que ficasse tranquilo com relação ao impacto que não vai ser imediato, vai ser progressivo. E claro que temos todo o interesse que a UFRR continue com o respeito da sociedade”, finaliza ainda o reitor.

[topo](#) ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Verba para pagar bolsas do CNPq acaba no sábado

Entrevista. Ministro Marcos Pontes afirmou a programa de TV que busca recursos para o mês de setembro

BRASÍLIA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, corre contra o tempo para conseguir recursos junto ao Ministério da Economia e da Casa Civil para pagar bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pontes afirmou, em entrevista ao programa “Em Foco”, que o ministério só tem recursos para pagar bolsas até o fim do mês de agosto. A entrevista vai ao ar às 21h30 de hoje, na GloboNews. “A gente tem o recurso agora até o fim deste mês, que a gente vai fazer pagamento, em 1º de setembro. E a gente vai ter que achar para outro mês”, afirmou o ministro. Questionado se as bolsas podem acabar, o ministro da Ciência e Tecnologia disse que, se não houver orçamento, não terá como pagar. “São 84 Se for pensar, tem várias implicações”, afirmou Pontes.

EVENTOS CANCELADOS

Devido aos cortes orçamentários, o CNPq teve que cancelar o apoio a cerca de 300 eventos científicos no Brasil que tratariam de pesquisas, tecnologia e inovação. Essas propostas já haviam sido aprovadas pela agência estatal de incentivo, mas foram suspensas. Em julho, o CNPq anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa. O edital atingido havia sido lançado em junho de 2018 para duas chamadas, com previsão de liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes. A iniciativa interrompida é importante para cumprir uma outra promessa do atual governo federal, a internacionalização das universidades públicas.

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ex-ministros de Ambiente, SBPC e OAB pedem moratória de leis que afetem Amazônia

Em carta a Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, grupo sugere esforços para agir contra a crise ambiental que abala o País com alta de desmatamento e de queimadas na Amazônia

Todos os ex-ministros de Meio Ambiente do País e os presidentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregam nesta quarta-feira, 28, uma carta aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, pedindo ação contra a crise ambiental que abala o País.

Eles pedem a suspensão da tramitação de projetos de lei que possam de algum modo agravar a situação e a moratória de “projetos de leis e outras iniciativas legislativas que ameacem a Amazônia, povos indígenas e biodiversidade”.

A carta, que será entregue em encontro com Maia (DEM-RJ) na Câmara, alerta que o Brasil “vive uma emergência ambiental” – com a alta de desmatamento e de queimadas – “principalmente devido aos retrocessos na política socioambiental brasileira e da campanha ostensiva de representantes do poder executivo federal em favor de um modelo de desenvolvimento totalmente ultrapassado para a Amazônia e demais biomas do País”.

Os ex-ministros José Goldemberg, Rubens Ricupero, Gustavo Krause, Izabella Teixeira,

José Sarney Filho, José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Minc, Edson Duarte, o advogado Felipe Santa Cruz (OAB) e o cientista Ildeu de Castro Moreira (SBPC) propõem a “suspensão imediata da tramitação de todas as matérias legislativas que possam, de forma direta ou indireta, agravar a situação ambiental no país; e a moratória ambiental para projetos de leis e outras iniciativas legislativas que ameacem a Amazônia, povos indígenas e biodiversidade”.

Eles sugerem ainda a “realização de audiências públicas em comissão especial do Congresso Nacional, com a participação de especialistas em proteção do meio ambiente, representantes das comunidades locais, do agronegócio e de agentes públicos federais e estaduais para tratar dos temas fundamentais da agenda socioambiental do País”.

Nessas audiências, eles propõem que sejam debatidos temas como riscos e oportunidades socioambientais à proteção da Amazônia nas matérias legislativas em tramitação; novos marcos legislativos necessários ao aperfeiçoamento de ações para o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros; e recomendações para a elaboração de um plano emergencial de ações para o enfrentamento da crise ambiental, com a redução imediata do desmatamento e queimadas.

É a segunda vez que os ex-ministros se unem para se manifestar contra as políticas ambientais do governo Bolsonaro. Em maio eles também divulgaram uma carta alertando para o desmonte da governança socioambiental do Brasil.

No novo texto, o grupo frisa ainda que o “desmonte do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do ICMBio”, além de políticas e programas ambientais e do Fundo Amazônia, “além de provocar inaceitável degradação do patrimônio natural e da qualidade ambiental do País, está colocando em risco a segurança de populações indígenas e comunidades tradicionais e afetando diretamente a saúde pública, fato tão bem evidenciado com a chuva negra que caiu sobre São Paulo recentemente”.

Eles lembram que esse cenário de “comoção mundial” tem levado a ameaças de boicote às exportações brasileiras, “pondo em risco a própria balança comercial do País” e cobram o Parlamento a “atuar como moderador e oferecer um canal de diálogo com a sociedade” – o que dizem ser a “única forma de reverter essa assustadora realidade”.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro cancela premiação de professores de educação básica

Professores já haviam inscrito suas experiências pedagógicas em abril e maio

O MEC (Ministério da Educação) cancelou nesta terça-feira (27) uma premiação que reconheceria professores de escolas de educação básica, etapa apontada como prioridade do governo Jair Bolsonaro (PSL). O Prêmio Professores do Brasil previa o reconhecimento de mais de 500 professores e a distribuição de R\$ 278 mil a profissionais de destaque.

A decisão pegou de surpresa parceiros do projeto, como entidades que representam secretários municipais e estaduais de Educação. A revogação, publicada nesta terça no Diário Oficial da União, ocorre no dia em que se esperava a divulgação vencedores de uma etapa estadual.

A Folha apurou, no entanto, que as atividades de análise dos projetos já haviam sido

abandonadas em julho. Houve atrasos na formalização de termos de cooperação com entidades parceiras, cancelamento de reuniões de capacitação de coordenadores e os comitês regionais que fariam a análise dos projetos não chegaram a ser formalizados — assim, a escolha dos vencedores da etapa estadual também não foi feita.

Na sua 12ª edição, o prêmio de 2019 foi lançado em abril, já na gestão do ministro Abraham Weintraub. Professores tiveram até maio para se inscrever.

A expectativa do MEC era ter aproximadamente 4.600 inscritos. Questionada, a pasta não informou quantos docentes submeteram seus trabalhos.

A cerimônia de premiação, realizada em geral em dezembro, costuma ser marcada por declarações políticas dos professores. Em maio, docentes já contemplados pelo prêmio estiveram com Weintraub e alguns deles ergueram livros do educador Paulo Freire, autor criticado recorrentemente pelo ministro e por apoiadores de Bolsonaro.

O MEC informou que o prêmio será reestruturado e ganhará um novo formato a partir de 2020. Em nota, o governo defende que o cancelamento ocorre para "fortalecer e divulgar as melhores práticas relacionadas à Base Nacional Comum Curricular e ao PNE [Plano Nacional de Educação]".

No lançamento do prêmio, entretanto, já estavam previstas a articulação com a Base Nacional (documento que define o que os alunos devem aprender) e com o PNE.

O prêmio busca reconhecer o mérito de professores ao identificar experiências pedagógicas bem-sucedidas que possam ser replicadas. O reconhecimento e compartilhamento de boas práticas é ação elogiada por especialistas em educação.

Para se inscrever, os professores deviam enviar um relato da prática pedagógica desenvolvida com seus alunos.

O projeto previa etapas regionais e nacional. As premiações em dinheiro variavam entre R\$ 5.000 e R\$ 8.000, além de viagens. Na etapa estadual, havia ainda a previsão de reconhecimento a 486 professores com certificados e medalhas.

Os trabalhos não chegaram a ser encaminhados para avaliação, que seria coordenada pelo Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária).

O Cenpec informou que foi surpreendido com o cancelamento. A organização recebeu em julho informe sobre a suspensão das atividades e aguardava informações do MEC.

O Prêmio Professores do Brasil é uma realização do MEC em parceria com várias instituições não-governamentais. Na edição deste ano, 20 instituições apareciam como parceiras, a exemplo do Cenpec, Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), além de fundações como Lemann e Itaú Social. As organizações arcam com os custos e detalhes da operacionalização do prêmio.

A Folha apurou que a anulação de um acordo do MEC com a OEI, em julho, teve

impacto na desarticulação da premiação. A decisão do governo cancelou a contratação de 89 consultores que atuavam no MEC.

A Undime, que representa os dirigentes municipais de Educação, lamentou em nota o cancelamento do prêmio, espaço de valorização do professor, segundo a entidade. "Perde-se um espaço de divulgação dessas práticas, sobretudo, de um prêmio que é tradicional e que mobiliza educadores em todo o país", diz nota da Undime.

A entidade que representa os secretários estaduais de Educação, o Consed, informou também em nota que só soube do cancelamento nesta terça. "Até o momento, o Consed apenas havia contribuído com a divulgação do período de inscrições", diz a nota.

Procurada, a OEI preferiu não se pronunciar. Em nota, a Unesco afirma que recebeu a decisão do MEC. "A Unesco respeita a decisão do MEC, que também comunicou a sua intenção de reestruturar o prêmio e dar a ele um novo formato em 2020."

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro cancela premiação de professores de educação básica

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) cancelou nesta terça-feira (27) uma premiação que reconheceria professores de escolas de educação básica, etapa apontada como prioridade do governo Jair Bolsonaro (PSL). O Prêmio Professores do Brasil previa o reconhecimento de mais de 500 professores e a distribuição de R\$ 278 mil a profissionais de destaque.

A decisão pegou de surpresa parceiros do projeto, como entidades que representam secretários municipais e estaduais de Educação. A revogação, publicada no "Diário Oficial da União" (DOU), ocorre no dia em que se esperava a divulgação de vencedores de uma etapa estadual.

A reportagem apurou, no entanto, que as atividades de análise dos projetos já haviam sido abandonadas em julho. Houve atrasos na formalização de termos de cooperação com entidades parceiras, cancelamento de reuniões de capacitação de coordenadores e os comitês regionais que fariam a análise dos projetos não chegaram a ser formalizados - assim, a escolha dos vencedores da etapa estadual também não foi feita.

Na sua 12ª edição, o prêmio de 2019 foi lançado em abril, já na gestão do ministro Abraham Weintraub. Professores tiveram até maio para se inscrever. A expectativa do MEC era ter aproximadamente 4.600 inscritos. Questionada, a pasta não informou quantos docentes submeteram seus trabalhos.

A cerimônia de premiação, realizada em geral em dezembro, costuma ser marcada por declarações políticas dos professores. Em maio, docentes já contemplados pelo prêmio estiveram com Weintraub e alguns deles ergueram livros do educador Paulo Freire, autor criticado recorrentemente pelo ministro e por apoiadores de Bolsonaro.

Reestruturação

O MEC informou que o prêmio será reestruturado e ganhará um novo formato a partir de 2020. Em nota, o governo defende que o cancelamento ocorre para "fortalecer e divulgar as melhores práticas relacionadas à Base Nacional Comum Curricular e ao PNE [Plano Nacional de Educação]".

No lançamento do prêmio, entretanto, já estavam previstas a articulação com a Base Nacional (documento que define o que os alunos devem aprender) e com o PNE.

O prêmio busca reconhecer o mérito de professores ao identificar experiências pedagógicas bem-sucedidas que possam ser replicadas. O reconhecimento e compartilhamento de boas práticas é ação elogiada por especialistas em educação.

Para se inscrever, os professores deviam enviar um relato da prática pedagógica desenvolvida com seus alunos.

O projeto previa etapas regionais e nacional. As premiações em dinheiro variavam entre R\$ 5.000 e R\$ 8.000, além de viagens. Na etapa estadual, havia ainda a previsão de reconhecimento a 486 professores com certificados e medalhas.

Os trabalhos não chegaram a ser encaminhados para avaliação, que seria coordenada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Surpresa

O Cenpec informou que foi surpreendido com o cancelamento. A organização recebeu em julho informe sobre a suspensão das atividades e aguardava informações do MEC.

O Prêmio Professores do Brasil é uma realização do MEC em parceria com várias instituições não governamentais. Na edição deste ano, 20 instituições apareciam como parceiras, a exemplo do Cenpec, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), além de fundações como Lemann e Itaú Social. As organizações arcam com os custos e detalhes da operacionalização do prêmio.

A Folha apurou que a anulação de um acordo do MEC com a OEI, em julho, teve impacto na desarticulação da premiação. A decisão do governo cancelou a contratação de 89 consultores que atuavam no MEC.

A Undime, que representa os dirigentes municipais de Educação, lamentou em nota o cancelamento do prêmio, espaço de valorização do professor, segundo a entidade. "Perde-se um espaço de divulgação dessas práticas, sobretudo, de um prêmio que é tradicional e que mobiliza educadores em todo o país", diz nota da Undime.

A entidade que representa os secretários estaduais de Educação, o Consed, informou também em nota que só soube do cancelamento nesta terça. "Até o momento, o Consed apenas havia contribuído com a divulgação do período de inscrições", diz a nota.

Procurada, a OEI preferiu não se pronunciar. A Unesco também não se pronunciou até a publicação deste texto.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universidade Federal do Cariri rejeita adesão ao Future-se, do Ministério da Educação

O Conselho Universitário da instituição decidiu por unanimidade não integrar a universidade ao programa.

A Universidade Federal do Cariri (UFCA) decidiu, nesta terça-feira (27), rejeitar a adesão ao Future-se, projeto do Ministério da Educação (MEC) que prevê maior autonomia às instituições de ensino superior, com mudanças na estrutura administrativa e na gestão orçamentária, criando a possibilidade de captar recursos próprios.

Todos os 31 conselheiros da Universidade Federal do Cariri votaram contra a proposta do Governo Federal.

A sessão ocorreu no auditório Beata Maria do Araújo, no campus de Juazeiro do Norte. Uma consulta realizada em assembleia geral dos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da UFCA já havia sinalizado a recusa ao projeto, no dia 22 de julho.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) também já decidiu por não se integrar ao Future-se. O anúncio foi feito em 14 de agosto.

Future-se

O Future-se é uma iniciativa proposta pelo MEC, cujo objetivo é aumentar a autonomia administrativa das universidades federais. Como essas instituições sofrem com contingenciamentos e alegam que têm suas atividades prejudicadas com os bloqueios de orçamento, a solução apresentada pelo governo é firmar parcerias entre a União, as universidades e as organizações sociais.

Além disso, o Future-se também estimularia que as instituições captassem recursos próprios, que auxiliassem na sua manutenção. O MEC reforça que não se trata de privatizar o ensino público, e sim de criar uma nova forma de financiá-lo. A cobrança de mensalidades em cursos de graduação, mestrado e doutorado está descartada, segundo o governo.

As organizações sociais em questão são entidades privadas, sem fins lucrativos: são obrigadas a investir na própria atividade todo o dinheiro excedente. Devem atuar em áreas relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As que poderão participar do Future-se, caso o programa seja aprovado, precisam ser ligadas a ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou cultura.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Reitoria prevê que UFU deve iniciar o próximo ano com dívida de R\$ 30 milhões
Estimativa foi apresentada durante audiência pública nesta terça-feira (27).

Evento discutiu o bloqueio orçamentário feito pelo MEC e o projeto Future-se.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) realizou nesta terça-feira (27), uma audiência pública para discutir o bloqueio orçamentário feito pelo Ministério da Educação (MEC) e o projeto "Future-se". Participaram do evento membros da comunidade acadêmica, alunos, professores e técnicos administrativos, além de representantes de sindicatos.

De acordo com o reitor da UFU, Valder Steffen Júnior, mesmo com as medidas de contenção adotadas, a universidade deve iniciar 2020 com uma dívida estimada em R\$

30 milhões, o que deve comprometer a gestão financeira para o próximo ano letivo.

UFU anuncia suspensão de diversos serviços para redução de despesas
Mudanças no transporte Intercampi da UFU começam a valer após cortes de despesas
Na semana passada, a UFU havia anunciado os impactos do bloqueio de R\$ 43 milhões, cerca de 30% do orçamento previsto para este ano. Entre as medidas de contenção de gastos estão a diminuição do transporte intercampi, feito por ônibus, e dos serviços de manutenção. Também foram anunciados cancelamentos de bolsas, dispensa de estagiários e demissão de trabalhadores terceirizados.

“É difícil falar do futuro quando o presente é incerto”, pontuou o reitor.
Corte de despesas na UFU

Redução em 50% da quantidade de postos de trabalho nos contratos de mão de obra;
Suspensão temporária de contratos de prestação de serviços por demanda tais como: serralheria, pintura, forros e dry wall, pisos, vidraçaria, persianas, divisórias, vidros, chaveiros e outros;
Interrupção do serviço de transporte “Intercampi” intermunicipal;
Redução do serviço de transporte “Intercampi” entre campus da mesma cidade, em 70% em relação ao serviço oferecido atualmente;
Suspensão de viagens de ônibus/carros a destinos cuja distância de Uberlândia seja superior a 500 Km;
Suspensão imediata do pagamento de subsídio do quilômetro rodado por parte da Proplad;
Suspensão temporária de 100% (cem por cento) do contrato de lanches;
Redução do quadro de estagiários em 60% (sessenta por cento) do quadro hoje existente;
Suspensão temporária da implementação do "Programa Bolsas de Graduação - PBG" com início originalmente previsto para setembro 2019; e
Suspensão do pagamento de bolsas de iniciação científica relativas a contrapartida da UFU para com a Fapemig a partir de setembro de 2019.

Fonte: UFU

Future-se

Em relação ao projeto apresentado pelo MEC, o pró-reitor de Extensão da UFU, Hélder Eterno, afirmou que o mesmo está fundamentado em três vertentes, sendo elas: Gestão, Governança e Empreendedorismo; Pesquisa e Inovação; Internacionalização.

Porém, o pró-reitor entende que o texto da proposta não se configura como novidade para a universidade.

Entre os pontos que mais apresentaram preocupação, Hélder destacou os seguintes itens:

Alteração de 16 leis para sua execução;
Ausência do Plano Nacional de Educação (PNE);
Competição desleal com as fundações;
Áreas das ciências básicas em detrimento às aplicadas;
Desconfiguração da finalidade da educação superior;
Terceirização da gestão da universidade pública;
Mercantilização da universidade;

Relação com o mercado e empresas;

Universidade voltada para o setor empresarial;

Competição institucional;

Extensão na forma de prestação de serviços;

Função social da universidade.

A audiência realizada nesta terça-feira tem caráter consultivo. Sendo assim, a decisão sobre o posicionamento da UFU sobre o projeto deve ser definida em setembro, durante reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consun).

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Com ensino cada vez mais digital, uso de biometria facial avança

Instituições de ensino e provas devem adotar sistemas virtuais nos próximos anos

São Paulo – Em maio deste ano, empresa brasileira FullFace, especializada em tecnologia voltada para biometria facial, iniciou a utilização do serviço de reconhecimento facial para funcionários e alunos da Faculdade Santa Marcelina, em São Paulo. Agora, o uso da tecnologia tornou-se obrigatório.

A intenção da empresa que é unir o mundo físico com o digital, simplificando os processos que antes eram possíveis apenas no mundo físico. É um diferencial tanto para escolas de ensino a distância (EAD) como para cursos presenciais. Em 2020, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) terá sua primeira versão digital – ainda que a prova seja presencial, e não remota. O uso da biometria facial, portanto, facilita para que os aplicativos tenham uma confiança na autenticidade de dados virtuais, como a certeza de que o candidato está mesmo realizando sua própria prova.

Danny Kabiljo, presidente da empresa, informou a EXAME que um algoritmo próprio, o que significa que ela não troca informações com outras companhias. A velocidade também é um fator importante, de acordo com Kabiljo; o servidor é capaz de reconhecer o estudante em menos de um segundo. A identificação por meio dos pontos faciais também é mais compacta, já que pode ser feita através de um celular, computador ou tablet, não sendo necessário que as instituições de ensino possuam um leitor biométrico.

Já em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, que exigirá, a partir de agosto de 2020, que a companhia não armazene dados dos usuários além do necessário e com consentimento específico para tanto, a FullFace utiliza todas as imagens para criar uma identificação facial de cada estudante. No entanto, elas são deletadas logo após de seu registro de identificação ser desenvolvido.

Um ponto negativo, porém, é que o investimento inicial de aplicação de reconhecimento facial em uma empresa ou instituição de ensino pode ser alto. No entanto, a tecnologia pode ter boa relação entre custo e benefício, segundo a FullFace. Faculdades e escolas passarão a gastar menos com impressão de documentos, provas e crachás. As plataformas poderão ser utilizadas tanto por alunos e corpo docente como por colaboradores, desde que estejam cadastrados no sistema. Além de faculdades, a companhia aérea Gol também já utilizou a tecnologia de reconhecimento facial da FullFace para a realização de check-in com biometria em seu aplicativo.

De acordo com estimativas da empresa de pesquisa de mercado ABI Research, o setor de biometria facial deve faturar cerca de 30 bilhões de dólares até 2021. Kabiljo disse

que o serviço já está sendo implantado em outras instituições, apesar de não ter revelado quais.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ex-ministros de Ambiente, SBPC e OAB pedem moratória de leis que afetem Amazônia

Todos os ex-ministros de Meio Ambiente do País e os presidentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregam nesta quarta-feira, 28, uma carta aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, pedindo ação contra a crise ambiental que abala o País.

Eles pedem a suspensão da tramitação de projetos de lei que possam de algum modo agravar a situação e a moratória de “projetos de leis e outras iniciativas legislativas que ameacem a Amazônia, povos indígenas e biodiversidade”.

A carta, que será entregue em encontro com Maia (DEM-RJ) na Câmara, alerta que o Brasil “vive uma emergência ambiental” – com a alta de desmatamento e de queimadas – “principalmente devido aos retrocessos na política socioambiental brasileira e da campanha ostensiva de representantes do poder executivo federal em favor de um modelo de desenvolvimento totalmente ultrapassado para a Amazônia e demais biomas do País”.

Os ex-ministros José Goldemberg, Rubens Ricupero, Gustavo Krause, Izabella Teixeira, José Sarney Filho, José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Minc, Edson Duarte, o advogado Felipe Santa Cruz (OAB) e o cientista Ildeu de Castro Moreira (SBPC) propõem a “suspensão imediata da tramitação de todas as matérias legislativas que possam, de forma direta ou indireta, agravar a situação ambiental no país; e a moratória ambiental para projetos de leis e outras iniciativas legislativas que ameacem a Amazônia, povos indígenas e biodiversidade”.

Eles sugerem ainda a “realização de audiências públicas em comissão especial do Congresso Nacional, com a participação de especialistas em proteção do meio ambiente, representantes das comunidades locais, do agronegócio e de agentes públicos federais e estaduais para tratar dos temas fundamentais da agenda socioambiental do País”.

Nessas audiências, eles propõem que sejam debatidos temas como riscos e oportunidades socioambientais à proteção da Amazônia nas matérias legislativas em tramitação; novos marcos legislativos necessários ao aperfeiçoamento de ações para o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros; e recomendações para a elaboração de um plano emergencial de ações para o enfrentamento da crise ambiental, com a redução imediata do desmatamento e queimadas.

É a segunda vez que os ex-ministros se unem para se manifestar contra as políticas ambientais do governo Bolsonaro. Em maio eles também divulgaram uma carta alertando para o desmonte da governança socioambiental do Brasil.

No novo texto, o grupo frisa ainda que o “desmonte do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do ICMBio”, além de políticas e programas ambientais e do Fundo Amazônia, “além de provocar inaceitável degradação do patrimônio natural e da

qualidade ambiental do País, está colocando em risco a segurança de populações indígenas e comunidades tradicionais e afetando diretamente a saúde pública, fato tão bem evidenciado com a chuva negra que caiu sobre São Paulo recentemente”.

Eles lembram que esse cenário de “comoção mundial” tem levado a ameaças de boicote às exportações brasileiras, “pondo em risco a própria balança comercial do País” e cobram o Parlamento a “atuar como moderador e oferecer um canal de diálogo com a sociedade” – o que dizem ser a “única forma de reverter essa assustadora realidade”.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Entenda qual é a Política do MEC para alfabetização

Em cartilha divulgada para estados e municípios estão reunidas as diretrizes para a educação básica; entre os pontos em destaque o método fônico

Muitas vezes nos deparamos com uma verdadeira sopa de letrinha nos programas ligados ao governo. Uma dessas siglas é a PNA – Política Nacional de Alfabetização, que também está no hall de polêmicas do atual MEC (Ministério da Educação).

Em abril, o governo federal criou a Política Nacional de Alfabetização por meio de decreto, que dá algumas diretrizes para estados e municípios como reforçar as atividades de pré-alfabetização, além de um esforço para concluir o ensino da leitura no primeiro ano do ensino fundamental.

Outro ponto que foi publicado no decreto é o cumprimento do PNE (Plano Nacional de Educação) que, entre outros aspectos, tem como meta alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental, no máximo até 8 anos.

A polêmica surge quando o MEC prioriza o método fônico sobre os demais métodos de alfabetização. Nesse método, as crianças são alfabetizadas por meio de associação entre a letra e o seu som (fonema), daí o nome.

Os estudantes aprendem a reconhecer o som de cada letra para depois combiná-las formando sílabas e palavras. O ensino se inicia pela forma e pelo som das vogais, seguidas pelas consoantes. Parte-se dos sons mais simples para os mais complexos.

E por que isso gera polêmica? Para Thaiane Pereira, coordenadora de projetos do Todos pela Educação, o PNE apresenta linhas gerais, mas não traz um roteiro de como essa política deverá ser aplicada. Neste mês de agosto, o Ministério divulgou uma cartilha, mas “não explica quais são os projetos e as ações, nem como será implantado.”

"Em princípio, ter uma política para alfabetização é positivo, mas precisamos ter uma visão mais clara da proposta do MEC", observa Maria Alice Junqueira, coordenadora do projeto Letra Viva do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária). "Como será feita a formação dos professores? De onde virão os recursos?", questiona.

Para os especialistas, mesmo que a adesão de estados e municípios seja voluntária, enfatizar um único método vai na contramão das abordagens feitas nas salas de aula. “O melhor método é aquele que o professor se sente confortável para ensinar e a criança aprende a ler e escrever”, diz Thaiane.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ex-ministros de Ambiente, SBPC e OAB pedem moratória de leis que afetem Amazônia

Todos os ex-ministros de Meio Ambiente do País e os presidentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregam nesta quarta-feira, 28, uma carta aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, pedindo ação contra a crise ambiental que abala o País.

Eles pedem a suspensão da tramitação de projetos de lei que possam de algum modo agravar a situação e a moratória de "projetos de leis e outras iniciativas legislativas que ameacem a Amazônia, povos indígenas e biodiversidade".

A carta, que será entregue em encontro com Maia (DEM-RJ) na Câmara, alerta que o Brasil "vive uma emergência ambiental" - com a alta de desmatamento e de queimadas - "principalmente devido aos retrocessos na política socioambiental brasileira e da campanha ostensiva de representantes do poder executivo federal em favor de um modelo de desenvolvimento totalmente ultrapassado para a Amazônia e demais biomas do País".

Os ex-ministros José Goldemberg, Rubens Ricupero, Gustavo Krause, Izabella Teixeira, José Sarney Filho, José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Minc, Edson Duarte, o advogado Felipe Santa Cruz (OAB) e o cientista Ildeu de Castro Moreira (SBPC) propõem a "suspensão imediata da tramitação de todas as matérias legislativas que possam, de forma direta ou indireta, agravar a situação ambiental no país; e a moratória ambiental para projetos de leis e outras iniciativas legislativas que ameacem a Amazônia, povos indígenas e biodiversidade".

Eles sugerem ainda a "realização de audiências públicas em comissão especial do Congresso Nacional, com a participação de especialistas em proteção do meio ambiente, representantes das comunidades locais, do agronegócio e de agentes públicos federais e estaduais para tratar dos temas fundamentais da agenda socioambiental do País".

Nessas audiências, eles propõem que sejam debatidos temas como riscos e oportunidades socioambientais à proteção da Amazônia nas matérias legislativas em tramitação; novos marcos legislativos necessários ao aperfeiçoamento de ações para o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros; e recomendações para a elaboração de um plano emergencial de ações para o enfrentamento da crise ambiental, com a redução imediata do desmatamento e queimadas.

É a segunda vez que os ex-ministros se unem para se manifestar contra as políticas ambientais do governo Bolsonaro. Em maio eles também divulgaram uma carta alertando para o desmonte da governança socioambiental do Brasil.

No novo texto, o grupo frisa ainda que o "desmonte do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do ICMBio", além de políticas e programas ambientais e do Fundo Amazônia, "além de provocar inaceitável degradação do patrimônio natural e da qualidade ambiental do País, está colocando em risco a segurança de populações indígenas e comunidades tradicionais e afetando diretamente a saúde pública, fato tão bem evidenciado com a chuva negra que caiu sobre São Paulo recentemente".

Eles lembram que esse cenário de "comoção mundial" tem levada a ameaças de boicote às exportações brasileiras, "pondo em risco a própria balança comercial do País" e cobram o Parlamento a "atuar como moderador e oferecer um canal de diálogo com a sociedade" - o que dizem ser a "única forma de reverter essa assustadora realidade".

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Sob risco de colapso, CNPq financia um terço da ciência nacional

Levantamento feito pela Folha mostra que ciências exatas e da terra podem ser as mais afetadas por falta de verba

Pelo menos seis em cada dez trabalhos de brasileiros publicados em 2017 com aporte de recursos de agências de fomento à ciência tiveram verba do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – agência federal ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que, sem recursos, pode ser paralisada nas próximas semanas.

As informações foram coletadas na base internacional de periódicos Web of Science, a mesma utilizada na coleta de dados do RUF (Ranking Universitário Folha). Foram considerados os estudos científicos publicados em 2017 com pelo menos um autor ligado a instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Quem informa se o estudo publicado teve apoio de agências de fomento são os próprios autores.

Os dados mostram 21.569 novos trabalhos acadêmicos de pesquisadores do Brasil desenvolvidos com verba do CNPq em 2017. Isso representa um terço de toda a ciência do país no mesmo ano. Para se ter uma ideia, são quase 60 novos trabalhos por dia de cientistas brasileiros com participação da agência federal.

Em um deles, por exemplo, os pesquisadores brasileiros exploraram a aplicação de células-tronco em doenças cardíacas -- a principal causa de morte no Brasil. Apenas em 2017, há 51 estudos novos especificamente sobre zika vírus com financiamento do CNPq. Praticamente uma nova descoberta sobre a doença por semana.

A verba destinada a essas pesquisas pode, por exemplo, ter sido usada para comprar insumos e equipamentos de laboratório para experimentos. O CNPq também paga diretamente bolsas de pesquisa a pós-graduandos – uma espécie de salário para que cientistas em formação se dediquem exclusivamente a suas pesquisas. Um bolsista de doutorado recebe R\$ 2.200 mensais do CNPq. O valor não é reajustado há seis anos.

O problema é que o CNPq não terá mais recursos, a partir de setembro, para pagar os cerca de 80 mil bolsistas financiados pelo órgão. Antes disso, o órgão já havia congelado as bolsas "especiais", voltadas para quem já é cientista e tem alto nível de produção acadêmica, caso de quem está no pós doutorado. O aporte à realização eventos científicos também foi suspenso.

O colapso do CNPq prejudica sobretudo as pesquisas nas chamadas ciências duras – justamente as áreas que o governo tem destacado como prioridade no país. Quase metade dos trabalhos em ciências exatas e da terra publicados em 2017 com aporte de recursos de agências de fomento à ciência tiveram verba do CNPq. Essa taxa cai para 13% no caso das ciências humanas

Além da paralisação de pesquisas essenciais para o desenvolvimento do país, o possível

corte de bolsas de pesquisa podem levar à fuga de capital humano. Trata-se da expulsão de pós-graduandos e de cientistas já formados no país, inclusive com dinheiro público, que saem atrás de recursos para fazer ciência em instituições estrangeiras.

Criado com pompa e ligado diretamente à presidência da república, em 1951, o CNPq tem sofrido cortes de verbas importantes nos últimos anos. Hoje, o orçamento do órgão é cerca de metade de 2012, quando estava na casa de R\$ 1,8 bilhão.

Em abaixo-assinado online, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) solicita um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano.

O documento também se manifesta contra a extinção do CNPq. Nos bastidores do governo, há rumores de que CNPq e **Capes** (agência voltada ao desenvolvimento da pós-graduação, ligada ao MEC) sejam fundidas em um único órgão –que não se sabe se ficaria sob o guarda-chuva do ministério de Educação ou de Ciência.

Sabine Righetti

Pesquisadora-docente da Unicamp e coordenadora acadêmica e membro do conselho consultivo do RUF (Ranking Universitário Folha)

Estêvão Gamba

Doutor em ciências pela Unifesp e estatístico responsável pelo RUF

topo ↕

CORREIO DA AMAZÔNIA - AM - TEMPO REAL

IComp – Instituto de Computação da UFAM

O Instituto de Computação (IComp), antigo Departamento de Ciência da Computação (DCC), vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) distingue-se por um detalhe de alta relevância: seu corpo docente, formado por 35 professores, dos quais 34 (97%) são doutores. Todos da área de computação, atuantes em setores vitais de qualquer universidade: ensino, pesquisa e extensão, além de atividades administrativas.

No departamento de graduação são mantidos cursos de Ciência da Computação e Engenharia de Software. Na pós-graduação, atua nos cursos de Mestrado e Doutorado em Informática do Programa de Pós-Graduação em Informática (PPGI). Também atende demandas de outras áreas da Universidade, por exemplo, destacando professores para atuar no Curso de Mestrado em Engenharia Elétrica, contribuindo expressivamente para elevar o grau de excelência de outros programas de pós-graduação da UFAM.

De acordo com a professora e diretora do IComp, Tanara Lauschner, na pesquisa o Instituto distingue-se em nove áreas da computação, distribuídas em seis grupos, cada um com seu laboratório exclusivo: Banco de dados e Recuperação de Informação, Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos, Inteligência Artificial, Algoritmos, Otimização e Complexidade Computacional, Visão Computacional e Robótica e Sistemas Embarcados e Engenharia de Software. Todas essas áreas são essenciais para o desenvolvimento de uma Indústria 4.0, estágio que Polo Industrial de Manaus (PIM) terá que necessariamente se ajustar tendo em vista a forte competição internacional que avança a cada ano, a cada mês, a cada dia.

Na extensão o IComp opera em projetos voltados à preparação de alunos do Ensino

Médio em programação computacional. Contribui fortemente, por outro lado, para o aumento do número de mulheres em no setor de TI (Tecnologia da Informação), por meio do movimento Cunhantã Digital. Coordena o Ponto de Presença da Internet no Amazonas (PoP/AM) da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), dedicando-se também na elaboração de projetos de P&D em parceria com empresas, além de manter uma incubadora de startups.

A propósito, o Instituto desenvolveu vasta experiência na área de empreendedorismo de base tecnológica, destacando-se que a startup Neemu, do setor de e-commerce, fundada ao abrigo do ICOMP, foi comprada, em 2015, por R\$ 55,5 milhões pela Linx, empresa brasileira sediada em S. Paulo, líder em tecnologia para o mercado de software de gestão no setor varejista.

A diretora do IComp salienta que, “ao longo dos anos, o que manteve e fez com que o IComp chegasse ao nível de excelência em que nos encontramos foi a captação de recursos de agências governamentais: CAPES, CNPq, SUFRAMA (recurso próprio), FINEP e FAPEAM”. A mudança da Lei de informática, que obriga o aporte de 0,4% de seu recursos em ICTs públicos, por outro lado, “fez com que sejamos agora mais procurados para fazer projetos com empresas no âmbito desta lei.

Embora tivéssemos muita qualificação e credenciamento junto ao CAPDA, nosso padrão não se alinhava aos interesses das empresas em investir em P&D no ICOMP”. Observe-se, entretanto, que a burocracia associada a uma universidade federal para receber recursos é muito grande, o que também compromete, conclui.

Superada a fase de desconfiança, afirma Lauschner, “hoje o IComp desenvolve projeto com a Samsung da ordem de R\$ 2, 5 milhões em apoio ao nosso mestrado, e um na área de pesquisa em vias de ser assinado de aproximadamente R\$ 1.200.000,00. Há conversas sobre um novo projeto a ser implantado a partir de 2020 que deverá se estender por cinco anos”. Nossas start-ups também recebem recursos de investidores sem que, entretanto, o ICOMP os intermediem.

Os contratos são negociados diretamente no CNPJ da empresa incubada. Há importantes fundos nacionais e internacionais investindo nas empresas incubadas no IComp. IComp, Ocean-Samsung, Sidia, UEA, deverão certamente, constituir a base tecnológica do PIM 4.0.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - TEMPO REAL

UFMG aprova proposta para criar autoavaliação da sua pós-graduação

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) aprovou proposta para criar um programa de autoavaliação da pós-graduação da UFMG. O objetivo é construir, até 2021, um processo com metodologia própria e unificada.

De acordo com o professor Fábio Alves, pró-reitor de pós-graduação da UFMG, o processo não precisa passar pelo Conselho Universitário e já está pronto para entrar em vigor. “Nosso próximo passo é constituir uma comissão de avaliação diagnóstica, que começa a trabalhar em setembro, com prazo de um ano”, explica.

Segundo a UFMG, o grupo contará com representantes dos três grandes colégios do conhecimento: ciências exatas e engenharias; saúde e ciências biológicas; ciências

humanas, ciências sociais aplicadas, letras e artes.

Fábio Alves lembra que a UFMG realizou duas grandes avaliações institucionais de sua pós-graduação na história recente: uma, de 1987 e 1989, e outra em 2005 e 2006. Contudo, foram trabalhos pontuais, que não tiveram continuidade.

Agora, a ideia é implementar a autoavaliação da pós-graduação da UFMG como processo permanente e regular, paralelo à avaliação quadrienal conduzida pela **Capes**. “A intenção é que essa comissão nos entregue seu relatório em dezembro de 2020. Em seguida, será criada uma comissão permanente de autoavaliação”, afirma.

Segundo Fábio Alves, a partir do quadriênio 2017-2020, a autoavaliação dos programas de pós-graduação – assim como a estrutura dos programas – passou a ser um quesito pontuado na avaliação da **Capes**, o que reitera a importância da implantação coordenada do projeto.

“O objetivo final é fortalecer a Universidade, possibilitando que ela estabeleça e cumpra um planejamento estratégico de médio e longo prazo para a sua pós-graduação”, diz o pró-reitor.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

ANPG publica nota pedindo reversão da medida que corta bolsas

Em nota, a entidade pede reversão da portaria 424, de 21 de agosto de 2019. “É urgente a reversão dessa medida austera pelo Governo Federal que atinge em cheio não apenas o futuro da ciência e do Brasil, mas retira todas as garantias de sobrevivência e permanência do pós-graduando na realização de suas obrigações acadêmicas em um cotidiano de formação profissional continuada em que já temos que responder a falta de condições de estudo e bolsa com valor defasado”, afirma o texto

Veja o texto na íntegra:

Bolsonaro deprecia a atividade de pesquisa no País

A Associação Nacional de Pós-Graduandos repudia veementemente mais uma ação do governo Bolsonaro em depreciar a atividade de pesquisa no país. Fruto de uma política de austeridade fiscal sem projeto de desenvolvimento nacional, o Ministro da Economia publica na portaria 424, de 21 de agosto de 2019, a redução de no mínimo 25% das bolsas de estudos e auxílio para estudo e pesquisa vinculadas ao ministério, suas autarquias e fundações vinculadas. Embora a portaria não deixe claro se se refere aos valores ou quantidades, esse cenário atinge, entre outras, as bolsas de pós-graduação vinculadas a Instituição como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituições fundamentais para o conhecimento da economia e sociedade brasileira.

A ANPG repudia qualquer medida que desvalorize o pesquisador brasileiro e deprecie as já desvalorizadas bolsas de estudos, sem reajuste desde 2013.

Nesse sentido, é urgente a reversão dessa medida austera pelo Governo Federal que atinge em cheio não apenas o futuro da ciência e do Brasil, mas retira todas as garantias de sobrevivência e permanência do pós-graduando na realização de suas obrigações

acadêmicas em um cotidiano de formação profissional continuada em que já temos que responder a falta de condições de estudo e bolsa com valor defasado. Além disso, essa medida não pode significar posteriores cortes nos valores das bolsas vinculados a outros ministérios, como as das agências de fomento da pós-graduação **CAPES** e **CNPq**. É preciso diariamente reafirmarmos a luta pela valorização das bolsas, da pesquisa e da educação no país. Por isso, a ANPG convoca a todos os brasileiros a se juntarem ao movimento estudantil e educacional no próximo dia 07 de setembro. No dia que comemoramos a independência do Brasil, também será um dia de resistência e de luta pelo Brasil e pelos brasileiros!

ANPG

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

III Fórum Anual do CONFAP divulga a carta aberta “O Desenvolvimento Nacional passa pelo CNPq”

“Sem o CNPq o Brasil não teria alcançado um patamar de conhecimento científico e acumulado um know how em diversas áreas, com respeitado crédito internacional”, defende a entidade em documento

O Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), organização sem fins lucrativos criada em 25 de abril de 2006 para promover uma melhor articulação dos interesses das 26 agências locais de fomento (FAPs) à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), tem acompanhado com muita preocupação o movimento de contingenciamentos e bloqueios de recursos federais dos ministérios e órgãos responsáveis pelas políticas nacional de Educação e CT&I.

Nos últimos anos o CONFAP estabeleceu uma série de parcerias e cooperações com o governo federal, através de suas agências CNPq, **CAPES** e **FINEP**. Também, alguns ministérios assumiram um papel muito importante no fomento e financiamento do desenvolvimento científico com ecossistemas locais de CT&I, a exemplo das parcerias das FAPs com o Ministério da Saúde, mais especificamente sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos para Saúde.

Nessas circunstâncias os governos estaduais, através de suas Fundações de Amparo à Pesquisa, estabeleceram vínculos de trabalho e operacionalidade de estratégias e políticas de CT&I que permitiram elevar a capacidade e escala de financiamento do sistema nacional, além de melhorar a eficiência, eficácia e efetividade na execução de diversos programas federais.

Por essas razões, estamos muito preocupados com a situação orçamentária e financeira dos nossos parceiros federais. Ela tem criado grandes e sérios obstáculos aos investimentos de muitas ações, projetos essenciais ao desenvolvimento da ciência, inovação e empreendedorismo tecnológico no país.

Neste momento, nossas atenções se voltam para a situação específica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma instituição histórica e fundamental ao desenvolvimento nacional. Sem o CNPq o Brasil não teria alcançado um patamar de conhecimento científico e acumulado um know how em diversas áreas, com respeitado crédito internacional.

Portanto, o CONFAP defende a manutenção do CNPq como instituição autônoma. Acreditamos na capacidade política do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em reverter a grave ameaça de sua extinção com a paralisação de importantes projetos de pesquisa e atrofiamento o processo de desenvolvimento nacional, com forte impacto negativo na capacidade de atuação das Fundações Estaduais.

São Paulo, 23 de agosto de 2019.

Confap

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Assine a petição em defesa do CNPq!

O abaixo-assinado lançado pela SBPC e endossado por mais de 100 entidades científicas em defesa do CNPq já recebeu mais de 900 mil assinaturas. Assine e compartilhe!

Mais de 900 mil pessoas já assinaram a petição online em defesa do em defesa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – #SomosTodosCNPq – que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) lançou no dia 13 de agosto. Mais de 100 entidades científicas de todo o País subscrevem o manifesto e famosos como a atriz global Nathalia Dill e o cantor Caetano Veloso compartilharam a campanha nas suas redes sociais. O documento com as assinaturas reunidas será entregue essa semana no Congresso Nacional.

A manifestação é endereçada à Presidência da República, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Presidência do Senado e da Câmara dos Deputados; à Comissão de Ciência Tecnologia e Inovação do Senado, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação e parlamentares do Congresso Nacional.

No abaixo-assinado, as entidades científicas alertam para a situação crítica em que se encontra a agência, em risco iminente de cortar o financiamento das bolsas de estudos de mais de 80 mil pesquisadores em todo o País e no exterior. Segundo o texto da petição, o governo precisa urgentemente recompor o orçamento do CNPq aprovado para 2019, com um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano. A petição conclama as instâncias decisórias do Executivo e do Legislativo Federal a reverterem imediatamente este quadro crítico de desmonte do CNPq e a colocarem também, no Orçamento de 2020, os recursos necessários ao funcionamento pleno do CNPq.

“A nação não pode perder este patrimônio construído ao longo de décadas pelo esforço conjunto de cientistas e da sociedade brasileira”, afirmam no manifesto.

A petição online está disponível neste link. Conclamamos todos a assinarem e compartilharem em suas redes de contatos. Quanto mais adesão, mais força a petição terá.

SBPC

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

FRUSTRADOS COM POLÍTICAS AMBIENTAIS DO GOVERNO, PESQUISADORES DEIXAM O PAÍS

Desiludidos com os rumos do atual governo em relação às políticas ambientais e indígenas, antropólogos estão optando por estudar fora do Brasil

“Se as pessoas votam no Bolsonaro, e você está aqui defendendo LGBTs, índios, está fazendo o que nesse país? Estou no lugar errado”, desabafa a antropóloga Bárbara Arisi, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, e coautora do livro *Gay Indians in Brazil* (2017). Desiludida com os rumos do atual governo em relação às políticas ambientais e indígenas, decidiu pedir uma licença não remunerada de três anos e se mudar para Hoorn, na Holanda, onde tem uma filha de 15 anos. A expectativa é a de deixar o Brasil na primeira semana de setembro e só voltar em 2022, “se não houver reeleição”. “Trabalho com a área de educação. Meu trabalho é inspirar a juventude latinoamericana. Mas agora, neste momento, a vontade que dá, é a de chegar na aula, abraçar os alunos, e chorar”, conta a antropóloga, que tem cidadania italiana. “Há um debandada de cérebros, de gente bem formada. O braço educado da República está indo embora.”

No começo dos anos 2000, Arisi morou em Manaus, onde foi com o ex-marido holandês, que era técnico no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Em 2003, conheceu os índios Matis, aprendeu sua língua, e os escolheu para serem protagonistas de sua dissertação de mestrado e de sua tese de doutorado. No pós-doutorado, que fez na Holanda, mudou o foco de sua pesquisa para a área ambiental, e focou em resíduos e lixo orgânico — que pretende seguir estudando, a partir de um projeto de cooperação entre a **Capes** e a Nuffic, órgão de fomento à pesquisa holandês. Para pagar as contas, pretende trabalhar e, em paralelo, “encher o saco do governo Bolsonaro”. “Vou tentar fazer relações com parlamentares europeus para que pressionem a União Europeia (UE) a boicotar produtos brasileiros de áreas conflito, que, atualmente, são praticamente todas”, diz. “Espero que Bolsonaro seja punido no Tribunal de Haia por crime ambiental. (...) Se for provado que incitou agricultores a colocar fogo na Amazônia, espero que seja processado por crime contra a humanidade”, completa.

Outro caso de “eco-exílio” é o do também professor de Antropologia José Dalvo Santiago, que se mudará de Manaus para Paris nas próximas semanas. Atualmente aposentado, sua intenção era ficar no Brasil, mas a situação “decepcionante” sobre as políticas do governo, e a falta de perspectiva de melhora, o motivou a mudar-se para a França, onde estudará um pós-doutorado sobre o imaginário na Amazônia. “Estamos em uma situação em que as instituições brasileiras não têm compromisso com a sociedade”, diz, em tom de frustração. “Nas décadas de 1970 e 1980, foram construídas perspectivas e políticas para o reconhecimento de direitos de minorias étnicas. Hoje, vejo essas bases ruírem”, acrescenta o ex-professor da Universidade Estadual da Amazônia.

Segundo Santiago, a Amazônia “sempre foi um pouco terra de ninguém”, no sentido de que sempre houve alguma exploração, mas antes do governo Bolsonaro, havia “algum controle”. “Agora, não há compromisso com a verdade, ciência ou a lei.” Ele ainda diz que existe hoje um “cinismo” por parte das instituições brasileiras, que afeta o trabalho e, às vezes, a própria sobrevivência dos defensores do meio ambiente, já que atuam em um clima cada vez mais hostil e violento, sobretudo para está na linha de frente, como lideranças comunitárias indígenas e quilombolas.

Com pelo menos 20 vítimas registradas em 2018, o Brasil é o quarto país que mata mais ativistas ambientais, de acordo com o último relatório anual da ONG Global Witness, publicado no final de julho. As Filipinas lideram a lista, com 30 assassinatos. Em segundo lugar está a Colômbia, com 24 mortes no ano passado, e em terceiro lugar vem a Índia, com 23 vítimas. Outros números, divulgados na segunda semana de agosto pela revista “Nature Sustainability”, e repercutidos pela ONG “Aliança pela Solidariedade”, atestam que 1.558 ativistas que lideraram protestos por conflitos ambientais foram mortos no mundo todo entre 2002 e 2017, sendo que 36% foram registrados na América Central e 32% na América do Sul. Do total de vítimas, 40% eram indígenas.

PUBLICIDADE

O cenário definido como “desalentador” por quem defende o meio ambiente, sobretudo no Brasil, reforça o sentimento de quem já está fora do país e não quer voltar. Ao mesmo tempo, muitos assumem a responsabilidade de ecoar a gravidade da situação nos países em que residem, como a paulistana Rose Figueira, mais conhecida como “Rose Maloka”. Ela administra um bar no bairro de madrilenho de Lavapiés, há quase 20 anos, que também é uma associação cultural, plataforma de luta de diversas bandeiras, como a demarcação de terras indígenas. “Sou ativista desde os 15 anos de idade. O vínculo com o Brasil e as causas que defendo é o que dá sentido à minha permanência na Espanha”, conta. Segundo Figueira, o governo Bolsonaro acentuou a vulnerabilidade histórica dos povos indígenas e defensores da natureza no Brasil, já que “tem um discurso que legitima a violência e a exploração econômica da natureza”. “O Brasil é um dos países que mais mata ativistas ambientais. Eles já estavam em risco antes, e agora eles estão ainda mais. Há um medo crescente”, diz.

Entre as cerca de 200 pessoas reunidas no protesto em defesa da Amazônia, em frente à Embaixada do Brasil, em Madri, na última sexta-feira (23) encontrei três brasileiras ajudando a engrossar gritos como “fora Bolsonaro”, “não é fogo, é capitalismo” e “isso não é mentira, está mudando o clima”. “Como brasileira, sinto a responsabilidade de ecoar essa denúncia. Todo mundo no fim das contas é afetado (pelo desmatamento), não só o meu país, onde está minha família”, disse a atriz Elizabeth Firmino Pereira, que mora na capital espanhola, e clama por uma mobilização mundial. Carolina Monteiro e sua mãe, Neusa Pires Monteiro, também protestavam na manifestação organizada pelos grupos Extinction Rebellion Espanha e Fridays For Future. “É para ampliar a voz do Brasil, defender a Amazônia e parar com as políticas de retrocesso. Temos o maior vilão ambiental do mundo e precisamos denunciar”, diz Carolina. “É muita notícia falsa, muita desinformação, que manipula muitas mentes brasileiras. O mundo precisa saber o que, de fato, está acontecendo”, disse a mãe, Neusa.

Durante a campanha presidencial, Bolsonaro mirou os “marginais vermelhos”, em alusão aos “comunistas”, seus adversários, dizendo que iria varrê-los do mapa. Em meio ao agravamento da recente crise ambiental, catalisada pelas queimadas na Amazônia, acabou incendiando os “verdes”, defensores do meio ambiente, que parecem não estar dispostos a se calar, mas a denunciar as irregularidades ambientais, dentro e fora do Brasil.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFABC recebe 5% de verba para investimentos e suspende construção de prédio
Projeto de construção de dois prédios em Santo André está parado.

A Universidade Federal do ABC (UFABC) recebeu 5% de verba do Governo Federal para investimentos e não tem orçamento para continuar as obras de expansão. Dos dois prédios previstos para serem erguidos, apenas um está em construção.

Segundo o vice-reitor, Wagner Carvalho, a culpa é do bloqueio de verbas do Governo Federal. "O valor inicial era de R\$ 8,3 milhões. Desses R\$ 8,3 milhões, R\$ 7 milhões foram bloqueados e até o momento nós tivemos liberação de apenas R\$ 358 mil", disse.

O corte também atinge as verbas de custeio, como manutenção, água, luz e pagamento de funcionários terceirizados. Contratos estão sendo renegociados. Dos R\$ 51 milhões previstos no orçamento para este ano, a universidade recebeu R\$ 15 milhões.

"A UFABC é uma das poucas federais que retira do seu próprio orçamento de custeio uma parte das bolsas que são pagas aos alunos, principalmente de pós-graduação. Com a redução das verbas de custeio, nós também somos obrigados a limitar o financiamento para as bolsas de pós", afirma o vice-reitor.

Na sexta-feira (23), estudantes, funcionários e professores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) fizeram uma audiência pública para discutir a crise na universidade. Na Universidade de São Paulo (USP), a preocupação é que a produção científica seja paralisada, com o congelamento das bolsas do CNPq.

A UFABC tem uma em Santo André e outra em São Bernardo do Campo. São 15 mil alunos em 56 cursos de graduação e pós-graduação.

Igor Carneiro, estudante de engenharia da universidade, afirma estar preocupado com a situação. "Preocupa bastante a gente porque, de uma certa forma, de onde deveria vir um estímulo, para gente continuar na vida acadêmica, esforçar e ir pra frente, na verdade está tendo um regresso da parte de quem deveria estar apoiando."

Everton Galasso, também estudante de engenharia, diz que a "educação é a chave para o desenvolvimento do Brasil". "Então, retirar disso é muito complicado."

Outro lado

Em nota, o Ministério da Educação informou que os repasses para a UFABC estão sendo feitos de acordo com as despesas da universidade e que aguarda uma melhora da economia para acabar com o bloqueio.

O Ministério da Ciência, responsável pelo CNPq, informou que aguarda aprovação de uma verba extra no Congresso para manter os repasses para as bolsas de pesquisa.

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Privilégio para poucos

O ensino bilíngue para o inglês no Brasil se resume, basicamente, às escolas da rede privada. Em seu último censo escolar, o Ministério da Educação (MEC) apontou que o País possui em torno de 40 mil escolas particulares (21% das 184,1 mil unidades brasileiras). Desse total, a Associação Brasileira do Ensino Bilíngue estima que cerca de 3% (1,2 mil) possuam algum programa de educação bilíngue. Mesmo com algumas iniciativas estaduais, como no Distrito Federal, João Pessoa, Maranhão, Sergipe e Rio de Janeiro, a presença é discreta. Essa é uma preocupação da economista e pesquisadora em educação, Cláudia Vidigal. Segundo ela, o contato do jovem de escola pública com

o inglês se resume às aulas da língua que estão previstas na matriz curricular das escolas. “Tenho feito estudos com foco em distribuição de renda e educação e não encontrei qualquer estatística sobre a presença de escolas bilíngues na rede pública.

Ou seja, esse crescimento na rede privada é um privilégio para um grupo muito restrito. O ideal seria que houvesse oportunidade para os mais carentes também e, assim, evitar uma maior desigualdade social”, comentou a economista. De acordo com Cláudia Vidigal, a falta de regulamentação pode ser um impeditivo para que essas aulas estejam presentes na rede pública. Hoje, segundo o MEC, somente as escolas para surdos, as de fronteiras e as escolas indígenas são consideradas bilíngues. “É um benefício? Com certeza. Mas é muito restrito. Não temos uma previsão de quando esse modelo poderá ser largamente implementado no Brasil. Acredito que pode ser uma política proposta pelos governos estaduais. Se é aprovado pelo MEC para as privadas, por que não propor na rede pública, que é a base da educação nacional?”, analisou Cláudia Vidigal. Em Pernambuco, o governo do Estado lançou, em 2012, o Programa Ganhe o Mundo.

O objetivo é dar oportunidade aos estudantes da rede pública estadual de educação terem segundo idioma, fazendo um intercâmbio em países de língua inglesa, espanhola e alemã. Até 2018, mais de 6,5 mil estudantes embarcaram para países como Argentina, EUA, Espanha, Chile, Canadá e Alemanha. 3% ou 1,2 mil escolas particulares no Brasil possuem algum tipo de programa de educação bilíngue, segundo a Abebi

topo ↕

CLIC FOLHA - TEMPO REAL

Ludmila Rattis Teixeira, ecóloga espacial

"O desmatamento avançou, sim, nos últimos meses, por diversas razões, entre elas a questão da certeza da impunidade"

anos completos neste sábado, 24 de agosto, saiu da roça, na região do Formoso da Serra, no Sítio Vovó Geralda, em Passos, e ganhou o mundo estudando e trabalhando como pesquisadora da relação entre florestas, clima e produtividade agrícola no Brasil.

Suas pesquisas são realizadas no Brasil, especialmente na Amazônia, em Massachusetts e na Califórnia, mas sua origem e sua paixão estão na roça. A filha de Paulo Teixeira e Fátima Rattis tem os irmãos Jaime, Luciana e Paula e cursou Ciências Biológicas na Fundação de Ensino Superior de Passos (Fesp), tendo se formado em 2008.

Foi para Ribeirão Preto fazer Mestrado em Ciências na Universidade de São Paulo (USP) e, na sequência, cursou doutorado em Ecologia na Universidade de Campinas (Unicamp). Desde 2017, mora nos Estados Unidos, mas, atualmente, divide seu tempo entre os dois países, como pesquisadora no consórcio entre o Woods Hole Research Center e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Para falar sobre sua trajetória, atuação e as preocupações que o mundo todo tem sobre uma das regiões mais importantes do planeta e, face aos recentes e polêmicos embates entre o presidente Jair Bolsonaro e líderes mundiais, o Entre Prosas ouviu a passense numa de suas visitas à família em Passos.

Folha da Manhã- Como você, que atua justamente na pesquisa na Amazônia, vê a polêmica envolvendo o presidente Jair Bolsonaro e líderes mundiais?

Ludmila - Eu vejo com muita estranheza que o presidente de um país tão importante no cenário econômico mundial, como o Brasil, venha bater de frente com outros líderes mundiais que são compradores e vendedores de mercadorias para o Brasil. O agronegócio brasileiro depende muito das vendas que nós fazemos para a Europa. Então, independentemente do assunto que é discutido, eu acho estranho ele bater de frente, inclusive na questão do Fundo Amazônia, que o Brasil já recebeu mais de R\$3 bilhões, que ajudaram os governos municipais, estaduais, federais e instituições de pesquisa sérias, todas auditadas, direitinho, e que ajudaram o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia, e até de Estados fora da Amazônia legal. O Bolsonaro vir atacar tudo isso, eu vejo com bastante estranheza, e eu acho péssimo para a imagem do Brasil lá fora. Agora, especificamente quanto ao meio ambiente, é uma vergonha. É como uma criança que faz uma coisa errada, as pessoas ao redor vêm chamar a atenção, e a criança quer brigar, espedaçar e falar que está errado. O desmatamento avançou, sim, nos últimos meses, por diversas razões, entre elas a questão da certeza da impunidade dessas pessoas que desmataram, e todo esse incêndio na Amazônia que a gente está vendo agora é em áreas desmatadas. Então, eu vejo com tristeza e espanto e espero que o Brasil consiga limpar a sua imagem internacionalmente e nacionalmente, porque, para nós, enquanto brasileiros, é muito triste ver isso.

Folha da Manhã – Voltando um pouco na linha do tempo, como se deu a sua ida para os Estados Unidos?

Ludmila – Primeiramente, eu fui com uma bolsa de pós-doutorado da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; quando essa bolsa estava acabando, os chefes de lá viram o trabalho que eu estava desenvolvendo e decidiram me contratar. Então, eu fui contratada e fiquei um ano e meio com essa bolsa neste instituto de pesquisa, que seria o comparativo a uma ONG no Brasil.

FM – Teve alguma dificuldade com o idioma?

Ludmila – Morei no Canadá anteriormente, me mudei pra lá em julho de 2014. Eu cheguei e fiquei seis meses indo ao supermercado, voltando com coisas na mão, porque a mulher me oferecia uma sacola e eu não entendia que ela estava me oferecendo, mas eu conseguia me comunicar com a minha orientadora de doutorado, por exemplo, porque ela tinha muita paciência e já tinha experiência com pessoas de outras nacionalidades que não falavam inglês fluente. Mas, no dia a dia, eu sofria demais. Quando eu me mudei para o Canadá, eu lia como eu leio português, mas eu inventava a pronúncia das palavras. Quando eu comecei a ouvir os nativos falando inglês, não conectava. O meu trabalho para desenvolver a habilidade com o inglês foi justamente para conectar o que eu lia com a pronúncia correta das palavras. Hoje em dia, eu consigo entender 100% do que as pessoas estão falando e consigo responder, entrar em discussões sobre qualquer assunto, não só do meu trabalho. Ainda tenho um problema que chega até a ser engraçado com a pronúncia de algumas palavras. Já a construção frasal, eu construo bem, porque aprendi inglês lendo. Eu terminei a graduação no fim de 2007 e fui para Ribeirão para poder estudar para o mestrado e fazer estágio no laboratório, para começar o mestrado em agosto de 2008. Só que o livro que tinha que estudar era sobre invertebrados e era todo em inglês. Confesso que eu passava um dia inteiro, 12 horas estudando, para ler três páginas. E, naquela época, não tinha aplicativo de celular com tradutor, era no dicionário, um Oxford, grosso. E foi justamente nesse trabalho que tive a forma que aprendi inglês. É engraçado que, até hoje, quando as pessoas me falam uma palavra com a pronúncia correta, eu tenho que repetir a palavra em voz alta, do jeito que eu achava, para a pessoa confirmar, aí fica parecendo que eu tô

tentando corrigir a pessoa. Hoje em dia, meu inglês é bom, eu entro em discussão sobre qualquer assunto. Se somar o tempo que fiquei no Canadá, já são cinco anos morando fora do Brasil.

FM – E como foi a sua vida na infância?

Ludmila - Eu morei na roça até 9 para 10 anos. A gente morava ali no Formoso da Serra, no Sítio Vovó Geralda, só que, quando eu tinha uns 10 anos, meu pai teve que vender e viemos para Passos. No Formoso, não tinha escola e é relativamente perto da cidade, então, meu pai trazia a gente para estudar. Quando eu fui fazer faculdade, a gente estava morando na roça de novo, só que, aí, a gente estava morando na linha da usina açucareira. Eu pegava o ônibus das professoras que vinham da escola da usina e, aí, o fio me deixava na Avenida da Moda e eu subia para a faculdade. Quando era noite, papai me buscava e também pegava minha mãe, que estava fazendo faculdade na mesma época que eu.

FM – Qual curso sua mãe fazia?

Ludmila - Minha mãe fez o curso de Letras na Fesp, hoje Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Ela começou a faculdade aos 45 anos. Então, aquele espaço de roça, na zona rural, não existe mais, porém, minha paixão permaneceu. Tanto é que eu queria fazer Agronomia ou Veterinária. Meu pai me disse que eu não ia ganhar dinheiro e ia sofrer muito. Que eu ia ver vaca com câncer, ia ter que ir pra roça abrir porteira à noite sozinha. Optei por Biologia, só que ele não sabia o que era Biologia e me deixou fazer, penso que no sentido do perigo, desgaste e pouca remuneração, talvez seja muito pior. Eu ando no mato; em abril, eu vi uma onça no meio da Amazônia. Isso é muito pior do que abrir uma porteira à noite.

FM - Qual foi a experiência, como que foi a reação de se deparar com uma onça?

Ludmila - Sou muito medrosa, mas, nesse dia, que era numa quinta-feira de manhã; na quarta a gente estava apresentando uns slides para os alunos novos que fazem parte do projeto, a gente tem uma estação de pesquisa no Mato Grosso. Essa estação fica na zona de transição entre Amazônia e Cerrado, e temos um fluxo bem grande de alunos de todos os lugares do mundo. É um consórcio entre o Woods Hole Research Center e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Quem mantém, majoritariamente, é o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). A estação funciona desde 2004.

FM – Como é dividido seu tempo entre o Brasil e os Estados Unidos?

Ludmila - O tempo que eu passo no Brasil, cerca de seis meses por ano, não necessariamente consecutivos, é dividido entre a estação, na Tanguro, e um tempo em Brasília. Varia muito, depende da demanda. Este ano, eu passei uma semana por mês na Tanguro.

FM - Como é sair do interior e ir para a maior nação do mundo em termos de potência e tecnologia?

Ludmila - É um choque. O conforto é muito maior. Especificamente na cidade onde eu moro, é um dos lugares mais seguros do mundo, Massachusetts, eu moro em Cape Cod. Moro sozinha, deixo o carro destrancado na porta da minha casa. Eu nunca tranquei o carro. Minha casa lá é um sobrado, no primeiro andar. Eu nunca tranquei a porta da minha casa. Então, tem isso, as pessoas não trancam a porta da casa. Mas, por outro lado, eu descobri, não é bairrismo, mas mineiro tem uma empatia muito grande por qualquer pessoa que passa na frente, o que me emociona. A gente acha que o resto

do mundo é assim, e não é assim. Minha família inteira é assim, com qualquer pessoa. Quando eu me mudei para o Canadá, tinha um cara lá que perguntou de onde eu era. Eu tinha mania de falar que eu era de Minas Gerais, não que eu era brasileira, para as pessoas conhecerem. Aí ele falou que conhece Minas Gerais. Ele estava pulando de parapente, em Governador Valadares, perdeu o controle e foi parar a quilômetros de distância. Ele falou que caiu no meio de uma fazenda, de um fazendeiro que não sabia falar uma palavra em inglês, o fazendeiro entendeu que ele estava perdido, pegou o equipamento dele, colocou na traseira da caminhonete e o levou para Governador Valadares. Chegou lá, pegou na mão dele, virou as costas e foi embora. Ele não sabe o nome, não sabe nem como o cara entendeu a necessidade dele e falou que só em Minas Gerais acontece isso.

FM - Esse tratamento contrário não existe para com os mineiros? Ser dessa maneira quebra um pouco a secura do outro. Concorda?

Ludmila - Eles até acham que eu sou legal, mas eu não sou tão legal, é que eu sou mineira. Aqui eu sou normal, na média. Tem um amigo nosso com câncer nos Estados Unidos e me questionam por que o ajudo. Perguntam por que faço comida para ele. Se fosse aqui, por exemplo, avó faria comida todos os dias, eu sou bem abaixo da média. O choque é muito mais cultural.

FM - Do você sente mais falta?

Ludmila - Da empatia, do calor humano. Interação de família, de gente que senta na cozinha. Na parte da alimentação, sinto falta do arroz com feijão tropeiro. Sabe que tem dia que a gente consegue feijão lá, aí a gente faz só arroz e feijão, e acha a coisa 'mais boa' do mundo. Mas é de arroz com feijão tropeiro que eu sinto mais falta.

FM - O seu trabalho é permanente ou temporário?

Ludmila - Sempre é temporário. A questão é se você está com vínculo ou não. A gente vive de projetos, que duram cinco anos, quatro, três. Eu estou envolvida, atualmente em seis projetos. Eles são temporários, mas, no conjunto, eles são permanentes. E o que é permanente hoje em dia? É na confluência ali entre o temporário e o permanente.

FM - E todos eles na área de Biologia, nessa questão da ecologia espacial?

Ludmila - O meu papel é sempre fazer essas análises estatísticas tentando avaliar a relação entre coisas no espaço. Então, você tem um campo de soja, um fragmento de floresta, um rio passando por ela, e qual a relação desses três elementos com chuva, estoque de carbono, com a biodiversidade que habita essa paisagem. Que essa ecologia espacial vem da ecologia de paisagens. Todas essas paisagens que a gente estuda são heterogêneas, elas são compostas por coisas completamente diferentes. Essa mesa (de madeira) é composta por coisas muito diferentes, depende da escala do que você está estudando. Existe toda uma paisagem dentro dessa bolsa, assim como existe toda uma paisagem dentro dessa revista. Então, eu vou estudando em várias escalas. Há momentos em que a nossa paisagem é um metro quadrado na floresta, e aí, naquele metro quadrado, acontece um monte de processos. Tem fungo, bactéria, tem os outros organismos do solo, tem a própria questão da decomposição do solo. Tem regeneração de plantas acontecendo, só naquele um metro quadrado. E também a gente estuda toda a bacia do Xingu, e eu estudo toda a fronteira agrícola brasileira, que é entre o Cerrado e a Amazônia.

FM - Isso tem algum propósito para o ser humano?

Ludmila - Sim. Grosso modo, existem dois tipos de ciência: a ciência básica e a ciência aplicada. O que eu faço é a ciência aplicada. A ciência básica é superimportante, muitas coisas que a gente faz dependem da ciência básica, que é a ciência que mais está sendo atacada pela falta de recursos, a gente vai começar a sentir no longo prazo. A pesquisa que eu faço é toda aplicada, por exemplo, tem um trabalho nosso que foi publicado recentemente sobre o papel das antas na regeneração da floresta. Isso, agora, que tem muitas propriedades rurais que precisam fazer a recuperação de algumas áreas, o papel das antas, regenerando naturalmente, a economia que você tem por ter esses bichos que dispersam semente em uma comunidade rural é absurda. Nada, nenhum processo de recuperação é tão eficiente como o papel que as antas fazem naturalmente, de graça, só pelos fatos de elas estarem lá.

FM – Os homens estão matando as antas?

Ludmila - Pra que, né? Por que alguém vai matar uma anta? Não faz nenhum sentido. Anta é herbívoro, não ataca ninguém. Ela está ali e as perdas econômicas por que ela entra em uma soja ou milho são ínfimas, não tem sentido. Comparado ao bem que ela faz, não tem igual. A anta tem uma peculiaridade, ela é o maior mamífero brasileiro. Ela é o único representante da megafauna que não foi extinto. A gente tinha a preguiça-gigante, vários bichos muito grandes que não existem mais. Por causa da abertura da boca dela ela, tem uma capacidade de comer frutos tão grandes, que os outros organismos que a gente tem não têm mais. E ela gosta de andar em lugares abertos, então, ela come frutos que estão em uma mata mais intacta, e ela vai defecar nas áreas mais abertas onde ela anda. Ela é a jardineira perfeita.

FM - Ainda tem muitas?

Ludmila – Em alguns lugares, elas estão ameaçadas, em outros, você tem um nível de conservação maior. É um bicho que reproduz lentamente, cada criada dá um ou dois filhotinhos. Você tem que cuidar bem, ele é um bicho bem ameaçado por perda de habitat ou caça, e por atropelamento.

FM - Algum desse seu trabalho ganhou premiação? Ou foi publicado em alguma revista importante?

Ludmila - Procuramos sempre isso; em todos os trabalhos, a gente procura publicar em revistas indexadas, que são revistas lidas mundialmente. Ano passado, eu ganhei o prêmio Márcio Ayres, que é o prêmio para o melhor trabalho científico publicado por jovens cientistas no triênio 2016/2018, que foi um trabalho que foi parte do meu doutorado.

FM - Que é sobre o quê?

Ludmila - No doutorado, estudei como que a escala que a gente estuda influencia os resultados que a gente obtém.

FM - É muita matemática ou não?

Ludmila - Totalmente matemática. Eu não tinha ideia que iria utilizar tanto a matemática. Diria que, hoje, 80% do que eu faço é modelo estatístico e matemático. E sou totalmente satisfeita com o que faço. Engraçado que todo teste vocacional que eu fazia apontava que eu não tinha habilidade com isso. E vou te falar que eu não tenho, é uma luta. A partir do momento que você precisa de estatística, você vai aprender estatística. Então, a partir do momento que você precisa entender um negócio, que gosta, que você vê a importância daquilo, então, eu estou vendo que as antas estão desempenhando aquele papel maravilhoso. Eu preciso transformar isso em número e na

melhor figura possível para poder mostrar para as pessoas. Mas o meu trabalho principal é a interação entre floresta, clima e produção de comida. Então, eu busco entender como que, a partir do momento que você desmata uma região, como que isso vai afetar a temperatura local, o padrão de chuvas, a precipitação total, e como que essa mudança climática afetou a produção de comida, tanto no passado quanto no presente e no futuro.

FM - E não só naquele lugar? Afeta em outros também?

Ludmila - Afeta. Todos os dias, a gente vê aquela coisa do efeito borboleta. Uma borboletinha que bateu a asa na Amazônia vai te afetar. Um exemplo claro: por que chove aqui em Passos? Você tem a evaporação de água acontecendo no Oceano Atlântico, essas gotículas de água são atraídas por aerossóis que são emitidos pela floresta, principalmente pela floresta amazônica. Então, essas nuvens são formadas e, por causa da corrente de ar, elas são levadas aos Andes, mas, como os Andes são muito altos, essas nuvens batem e vêm chover no sudeste do Brasil. Aí, você tem os problemas das minas que estão secando, elas são uma resposta do desmatamento que está acontecendo em todo o Cerrado. Então, o cerrado maranhense, baiano, piauiense, tocantinense, que está sendo retirado, isso está refletindo na secagem dessas minas que acontecem aqui na região Sudeste. Toda a exuberância que você vê da floresta amazônica, da floresta atlântica, acima do solo, o Cerrado, tem abaixo do solo. É uma rede supercomplexa de raízes, muito profundas, que, quando chove, essas raízes levam a água para os lençóis freáticos, que vêm minar aqui. Se você remove a floresta amazônica, você está impedindo essa formação de chuva, que choveria aqui, e, se você remove o Cerrado, você está atrapalhando o processo de mina aqui, nas nascentes de águas que a gente tem aqui.

topo ↕

CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL

Legado jurisprudencial

"STJ teve papel importante na consolidação do Código de Defesa do Consumidor"

26 de agosto de 2019, 8h49

O ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça Ruy Rosado de Aguiar Jr., que morreu neste sábado (24/8), era uma dos maiores especialistas do Brasil em Direito do Consumidor.

Ministro aposentado do STJ Ruy Rosado morreu neste sábado (24/8).

STJ

Em entrevista à Revista de Direito Civil Contemporâneo em 2015, conduzida pelo advogado Jorge Cesa Ferreira da Silva, Rosado contou como foi sua formação e discutiu diversos aspectos do Direito Privado. A conversa foi publicada no volume 3 de 2015, de abril a junho, da Revista de Direito Civil Contemporâneo.

Leia a entrevista:

Revista de Direito Civil Contemporâneo (RDCC) — Vamos começar pelo início: como foi o início dos seus estudos? Onde foi, qual era a sua escola, como é que foi esse ambiente inicial ainda nos primeiros momentos da sua vida escolar?

Ruy Rosado de Aguiar Jr — Bem, eu nasci no Iraí (grande cidade!)¹ e estudei lá o primário. Depois, vim estudar em Porto Alegre no Júlio de Castilhos, colégio público onde fiz todo o curso secundário, na época denominado de Ginásio (4 anos) e Clássico

(3 anos). O Júlio era um ótimo colégio. Lá, estudávamos latim durante sete anos, francês... Quando fui fazer a minha proficiência em francês, no curso de mestrado, eu usei os conhecimentos que eu tive lá no Ginásio do Julinho. É sinal de que eles davam uma boa base.² E, depois, fui para a Faculdade de Direito da UFRGS, formei-me na UFRGS e fui trabalhar no interior.

RDCC — Quando é que o senhor se formou?

Ruy Rosado de Aguiar Jr — Em 1961. A turma era de 1960, mas nós nos formamos em sessenta e um para reunir os que eram reprovados pelo professor Telmo Ribeiro, que era do último ano e dava direito internacional privado e rodava muitos. Então, nós resolvemos fazer em março para esperar a recuperação deles em fevereiro. Depois da formatura, fui trabalhar dois anos no interior como advogado e depois fiz concurso para o Ministério Público, e fui exercer a promotoria em Três de Maio, depois em Santiago, Santa Rosa, Erechim, até vir a Porto Alegre. Fiquei no Ministério Público desde 1963 até 1980.

RDCC — Na época em que o senhor entra no Ministério Público ainda podia advogar...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sim, podia advogar. É uma das razões pelas quais, na época, a carreira no Ministério Público era a mais procurada, talvez mais que a própria magistratura. Mas logo no começo percebi que o MP e a advocacia eram funções incompatíveis porque a gente nunca sabia se aquele que vinha procurar o advogado, na verdade, estava querendo procurar o promotor. Então, a pessoa tinha uma ação de cobrança, mas ela, ou alguém por ela, tinha alguma ação penal. Vi logo no início que isso era incompatível e deixei de lado, não advoguei na prática. Vindo para Porto Alegre, lá por 1971, passei a trabalhar na assessoria do procurador-geral, Dr. Lauro Guimarães, grande líder, e ali fiquei até 1980, cumulando a função de assessor (sem gratificação) com a de MP junto a uma vara, muito tempo na vara da Fazenda Pública, ou Câmara. Depois, passei para o Tribunal de Alçada, pelo Quinto Constitucional.

RDCC — Mas o senhor chegou a Procurador de Justiça também, não? Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sim, fui procurador. Fui promotor até 1966 ou 1977. Passei a Procurador e, aí, atuava junto a uma câmara do Tribunal de Alçada, na época uma câmara de Direito Civil. Eu sempre atuei na área no cível, embora lecionasse penal. No Judiciário, ingressei no Alçada e, depois, passei para o Justiça, em 1985, também no cível, na 5ª Câmara. Fiquei lá até 1994. Então, fui para o STJ, integrando à 4ª Turma da Seção de Direito Privado.

RDCC — E quais foram as funções que o senhor exerceu no Tribunal de Justiça?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu atuava na 5ª Câmara, que era uma câmara de direito civil, contratos e possessórias. Fui corregedor geral durante dois anos e, ao final deste período, fui eleito vice-presidente. Mas nesse meio tempo eu fui nomeado para o STJ, de modo que não cheguei a exercer propriamente a vice-presidência.

RDCC — Até agora falamos sobre a sua atividade no Ministério Público e nos tribunais. Queria alterar um pouco o foco. Como a universidade entrou na sua vida?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Comecei a dar aulas de Direito Constitucional em Santo Ângelo. Lecionei lá durante uns sete ou 10 anos. Quando vim para Porto Alegre, passei a lecionar Direito Penal na Unisinos, em São Leopoldo, desde 1976 ou 1977. Nesse entre tempo, abriu concurso para penal na UFRGS, para auxiliar assistente. Fiz o concurso e passei então a lecionar penal na Faculdade de Direito da Universidade

Federal, isso por volta de 1985 ou 1986. Aliás, foi lá onde nós nos conhecemos.

RDCC — Exatamente. Um grande professor de Direito Penal, para dizer o mínimo... Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Também lecionava penal na Escola da Magistratura, a Escola da Ajuris.³

RDCC — O senhor foi fundador da Escola da Ajuris, não?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Fui um dos fundadores. O começo foi em 1980. Antes disso havia cursos de preparação para o concurso à carreira. Fazia-se um curso de preparação durante seis meses e tal. Isso foi se transformado em instituição permanente, que viria a ser a Escola. Participei desde o começo porque eu tinha experiência por ser chefe de departamento na Unisinos. Tinha experiência em como se organizava a estrutura acadêmica, aquele modelo de disciplinas, uma disciplina por manhã ou duas, sistema esse que acabou se instalando na Escola. Fiquei na Escola da Ajuris de 1980 até quando fui para Brasília, em 1994. Na escola, fui diretor executivo, diretor supervisor e, depois, fui diretor.

Na época, a escola absorvia todos os estudantes que saíam das faculdades e pretendiam fazer concurso. Como podiam fazer o concurso imediatamente, quase todos saíam da faculdade e iam para lá. Nós tínhamos em torno de 600 alunos, duzentos de manhã, 200 de tarde, 200 à noite. Depois, quando veio a lei que exigiu três anos de experiência, os alunos saídos da faculdade já não iam mais diretamente para a escola, mas sim fazer um curso para se preparar para a advocacia e ganhar o tempo necessário. Os alunos, então, se diluíram. Surgiram outros cursos, do MP, cursos particulares, os cursos a distância de São Paulo e do Rio e isto diminuiu muito o ingresso e a demanda da escola, tanto assim que hoje eles estão pensando em dirigir a escola exclusivamente para aperfeiçoamento de magistrados e de servidores, e não mais se preocupar com esses que se preparariam para o concurso da magistratura.

RDCC — Sumarizando, temos até aqui um reconhecido professor de Direito Penal, com experiência de vários anos na área, concursado para lecionar esta disciplina e professor de uma escola que ajudou a fundar, a Escola da Magistratura, onde era responsável por disciplinas de Direito Penal. Antes disso, foi por vários anos professor de Direito Constitucional. Como o Direito Civil finalmente entra na sua vida?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Quando eu estava no Tribunal de Justiça, na 5ª Câmara, é que o professora Clóvis do Couto e Silva organizou o curso de Mestrado em Direito na UFRGS. Ele instalou o mestrado, e me inscrevi para aprender com ele Direito das Obrigações. Nunca tive bom conhecimento do Direito Obrigacional. Achava que obrigações era algo tão difícil quanto a Teoria do Crime, matéria difícil de entender, de se ajustar à realidade. Então, disse para mim mesmo: eu vou estudar Direito das Obrigações. Era uma deficiência sentida porque trabalhava diariamente nesta matéria e muitas coisas que fazia, era mais com a intuição do que com a base teórica. Quando surgiu o mestrado, aproveitei a ocasião para suprir a deficiência. Foi no seu início. Participamos na primeira turma, a professora Véra [Jacob de Fradera], a professora Judith [Martins-Costa], nós trabalhávamos praticamente como secretários do mestrado, ajudando a fazer congressos, acompanhando professores visitantes, cuidando do regimento. O curso estava submetido à fiscalização da **Capes**, que buscava saber se as coisas estavam bem organizadas ou não para autorizar o funcionamento. Tínhamos que fazer relatórios, pois a administração universitária é cheia de formalismos, relatórios etc. O nosso mestrado foi de uns quatro, cinco anos. E nesse tempo eu passei a ser assistente

do professor Clóvis, assistia realmente todas as aulas dele, todos os seminários que ele fez, ao seu lado. Foi um aprendizado excelente.

RDCC — Vamos falar um pouco mais sobre o professor Clóvis do Couto e Silva. Muitos que privaram da convivência com o professor Clóvis têm histórias marcantes e referem a enorme influência que ele exercia sobre os seus alunos. Como é que foi isso com o senhor?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu sou um deles, influenciado pelo professor Clóvis. Na verdade tudo o que eu fiz depois, em direito civil, devo a ele, à orientação dele, às ideias dele. Ele teve a capacidade de conhecer todo direito europeu e americano, dominava o alemão, francês, italiano, espanhol, inglês, lecionava nessas línguas na Europa e nos Estados Unidos e tinha, portanto, um conhecimento do Direito Civil comparado, especialmente do Direito Obrigacional. E ele nos mostrava que havia uma ordem jurídica muito mais aperfeiçoada e desenvolvida do que esta que nós estávamos vivendo e conhecíamos do Direito Civil do Código de 1916. Isso tudo abriu portas e janelas para compreender as relações de Direito Civil. E houve uma confluência. O exercício da minha atividade coincidiu com aquilo que eu estava estudando.

Eu ficava impressionado com essa realidade que também correspondia com aquilo que eu intuitivamente já percebia, mas que me faltava a base teórica para sustentar. O fato de exercer a magistratura nessa área de Direito Obrigacional permitiu-me aplicar ali, bem ou mal, aqueles ensinamentos que ele nos trazia e que, na época, correspondia a grandes novidades. Até ali, quando se falava em boa fé, só se sabia da boa-fé subjetiva, da boa-fé na posse, da boa fé no casamento. O professor Clóvis tinha um hábito de, quanto solicitava um trabalho, não dizia o que ele queria e também não te dizia onde buscar, onde estudar. Ele simplesmente dava o título. Uma vez ele deu um trabalho sobre boa-fé objetiva, nós fomos procurar na biblioteca, os nossos livros só tratavam da boa-fé subjetiva. Não era aquilo, nem de perto. Então certos conceitos só começaram a surgir é a serem usados por nós – e, de um modo geral, pela doutrina no Brasil – a partir das lições de Clóvis.

RDCC — E como é era Clóvis do Couto e Silva como professor, no sentido estrito do termo? Como era ele no dia-a-dia da sala de aula? Ele também lhe serviu como modelo de docente?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Como professor não, porque como professor ele era muito rígido. No trato com as pessoas, ele era às vezes inflexível e crítico. Ele não admitia, por exemplo, algumas falhas que, de certa forma, são usuais. Eu me lembro de uma primeira aula dele, quando distribuiu os temas dos trabalhos. Ele deu para um rapaz um trabalho em italiano. O rapaz disse que não conhecia italiano e ele imediatamente perguntou: “o que então o senhor está fazendo aqui?”. O sujeito nunca mais apareceu. Ele era assim. Mas também tinha coisas fantásticas, como por exemplo: em um seminário daqueles estava eu, ele e a pessoa que estava fazendo a explanação, uma professora da UFRGS, de alto renome, falando, falando, falando. Lá pelas tantas, ela citou o Carbonnier:⁴ “...como disse Carbonnier... E o Clóvis, imediatamente interrompeu: “o Carbonnier não disse isso!” Aí ela buscou os papéis delas, e, realmente, acabou confirmando que o Carbonnier não havia dito aquilo que acabara de referir. Ora! O Carbonnier tem uma obra de algo entre dez e vinte volumes! Para o sujeito dizer aquilo na frente da classe, dizer que uma referência feita ao longo de um seminário não correspondia ao trecho de um autor estrangeiro, precisa ter coragem, coragem intelectual. Tem que ter consciência do que sabe, e isso ele tinha. Era uma coisa

impressionante. Ele era destas coisas.

De um modo geral, ele era difícil no trato. As pessoas que ele respeitava, que ele admirava, eram aquelas da sua predileção e as outras, ele não tolerava. Mas tinha uma capacidade intelectual impressionante, uma erudição e uma memória fora do comum. Porque não basta ler e saber, precisa ter memória para guardar aquilo. Então ele tinha essa leitura e tinha a memória dessa leitura e trabalhava com isso. Ele manejava as informações. Então ele tinha condições excepcionais como jurista. Eu nunca vi um outro parecido com ele, nunca vi. E então com isso ele influenciava a todos nós, a Judith, Véra, o [Adalberto] Pasqualotto. De modo geral, todos que saíram do Mestrado levaram consigo suas lições.

RDCC — Além dele quem é que mais lhe marcou a sua vida como professor? Quais são os seus marcos?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Um outro é o irmão dele, o Almiro do Couto e Silva. Que é de outra área. E também é outra personalidade, pessoa alegre, muito gentil, mas que também é uma sumidade em matéria de direito administrativo e que lá sempre nos impressionou muito.

RDCC — E ao longo da sua formação? Quem deixou suas marcas no senhor? Vamos abrir mais a pergunta. Quais pessoas, livros, autores?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — O Pontes de Miranda, sem dúvida. Esse é um que sempre me influenciou. Na área do Direito Civil também sempre gostei do Caio Mario. O Caio Mario é um autor com quem eu seguidamente estou envolvido. O Antônio Junqueira de Azevedo com a sua Teoria do Negócio Jurídico, Darcy Bessone, Mario Júlio de Almeida Costa, meu examinador na banca de mestrado, Antunes Varella, com seu livro sobre o Direito Civil brasileiro.

RDCC — Deixe-me voltar um pouco à sua história. O senhor contava que, no início de sua carreira docente, foi professor Direito Constitucional. O que o senhor trouxe na bagagem do Direito Constitucional para o Direito Civil?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. Muita coisa. O Direito Constitucional te dá várias vertentes de influência sobre o Direito Privado, e eu estudei muito constitucional. Na época, importava livros da Alemanha, Estados Unidos. Nessa época eu estudava alemão. Então, aprendi muito da estrutura do Estado, desta distribuição de força e de poderes, até chegar à conclusão de que a Constituição, sendo a emanação do poder, nos conduz ao estudo do poder. Então, a partir disso, preferi estudar Ciência Política, mais do que, propriamente, o Direito Constitucional. O Direito Constitucional é uma página que muda conforme muda a vontade de quem exerce o poder. Essas teorias todas que você constrói em cima do Direito Constitucional, em cima do texto da Constituição, elas estão vinculadas a uma decisão política anterior, que pode mudar a qualquer hora. E quando muda, altera toda sua estrutura e toda sua fundamentação. A teoria política explica isso. Mas o fato é que tive muito proveito de Direito Constitucional, muito proveito.

RDCC — Mas é interessante notar que, nos seus estudos de Direito Civil, há uma nítida preocupação com a dogmática. A sua formação de civilista foi pautada por juristas com forte vinculação com a dogmática, como um Clóvis do Couto e Silva ou um Pontes de Miranda.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Exatamente. O Clóvis eu não sei se seria propriamente

dogmático. O Pontes, sim. O Clóvis já era um pouco mais aberto nessa visão. Ele, por exemplo, ao admitir que se aplicasse no Brasil o princípio da boa-fé, quando nem sequer esse princípio era referido na lei, nem na doutrina, estava abrindo uma janela que não correspondia ao texto da lei. Eu não classificaria o Clóvis como dogmático. Pelo contrário. Ele sempre foi mais aberto.

RDCC — Mas ele sempre teve os pés numa doutrina precedente, em uma trajetória construída, na história...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso é verdade.

RDCC — ...uma noção de história dos conceitos, a partir da qual ele trabalhava a sua visão de futuro.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso é influência do Direito alemão, que ele estudava muito. O Clóvis foi uma figura que lamentavelmente perdemos muito cedo, o que se deve aos tormentos que ele passava pela organização do próprio mestrado. Ele saiu daqui de Porto Alegre, um certo dia, para fazer uma palestra no Rio, mas no dia seguinte estaria aqui o fiscal da CAPS, e isso lhe deixou muito estressado. Ir ao Rio fazer palestra, ter que vir para cá para a fiscalização. E ele faleceu lá. Eu acho que isso aí faz parte dessa agitação intelectual que ele tinha, essa preocupação com a instituição que ele organizou e faleceu cedo também por isso. Infelizmente.

RDCC — Vamos falar um pouco mais dessa relação de entre Direito Constitucional e Direito Civil que, no seu caso, foi até pessoal. Se nós olhamos o nosso Direito Civil brasileiro, ou seja, como o Direito Civil é muitas vezes divulgado ou estudado, vemos também essa conexão, ainda que, com muita frequência, nós não vejamos essa conexão sendo realizada sobre estruturas conceituais sólidas, nem de Direito Civil e tampouco de Direito Constitucional. Às vezes, parece que o Direito Constitucional não é tido como uma janela para novas ideias, mas sim como um subterfúgio para a negação do estudo estrutural do Direito Civil, ou seja, de uma visão de Direito Civil a partir das suas próprias raízes. Como é que o senhor vê o Direito Civil como ele vem sendo estudado hoje?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bom. Essa corrente da constitucionalização do Direito Civil, da Escola do Rio (Tepedino, Celina), de Curitiba (Fachin) etc., eu acho que prestou um excelente serviço, porque quando nós tínhamos uma Constituição já com princípios, mais aberta portanto, e um Código Civil muito antigo, rígido, já com vários preceitos superados, a Constituição foi útil para nos ajudar a interpretar, inclusive para aplicar o Código Civil aos casos particulares. Alguns princípios não estavam no Código, mas na Constituição. Então, eu poderia derivar diretamente de lá ferramentas para resolver situações particulares. Nesse ponto, a Constituição foi útil.

Eu tive um caso de um Habeas Corpus, de uma senhora que se envolveu com um financiamento de um Kadett. O Kadett era um carro, na época, de uns seis mil reais. Mas um certo tempo depois, a conta bancária estava em 90 mil reais! Aquilo ali não podia ser assim. Se ela, durante o resto da vida dela, tivesse que dar todo seu vencimento para pagar aquela dívida, estaria sem condições de sobreviver, atingida a dignidade da sua pessoa. Havia precedente alemão sobre isso. Então, a Constituição te oferecia caminhos para chegar a certas soluções práticas, com fundamentação jurídica, o que o Direito Civil não permitiria. Pelo contrário, muitas vezes a lei negava esse direito. Então, eu acho que a Constituição ajudou nessa abertura. Quando veio o novo Código Civil, houve uma mudança. O Código Civil tem princípios e cláusulas gerais que a rigor

agora dispensam a invocação ao texto constitucional. Eu posso resolver essas questões atendendo aos princípios que estão na lei civil, sem precisar invocar a Constituição. De qualquer forma, parece-me que a Constituição serviu e serve de base para uma reestruturação do Direito Privado, com mais respeito aos interesses do cidadão, da pessoa humana.

RDCC — Há pouco nós falávamos sobre a Constituição, que o senhor entendia (a la Lassale, aparentemente) como uma folha que reflete ou que traduz, para o Jurídico, as relações de poder...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Certamente.

RDCC — ... então, essa influência sobre o Direito Civil do poder refletido na folha de papel, não pode ensejar o arbítrio também? Não se perderia a estrutura conceitual que, em alguns casos, estabelece o limite do arbítrio?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Não. Não porque, eu dizia, eu posso resolver as questões de Direito Privado usando o código, que me dá os limites necessários para o exercício da jurisdição sem cair no arbítrio. O arbítrio é afastado na medida em se exige que o juiz fundamente a sua decisão, explique porque está aceitando aquele princípio e não outro e, com isso, afasta-se o subjetivismo da decisão, sempre sujeita a recursos e à crítica do mundo jurídico. Evidentemente que as soluções adotadas na Constituição são soluções de compromisso, isto é, atende a interesses, representando aquilo até onde foi possível chegar. Essas soluções dadas pela Constituição evidentemente refletem uma situação de poder, que por sua vez está sujeita à consciência política da nossa sociedade. Mas a Constituição que resulta disso é um documento jurídico. Aí já se entra no jurídico. O juiz não está autorizado a praticar atos arbitrários, mas sempre limitado pelo sistema.

No caso do Direito Civil, o Código estabelece limites suficientes para uma decisão justa. Então se diz: sim, mas o código, com esses princípios e cláusulas gerais, é indeterminado e cria insegurança. Na verdade, ele só é mais flexível, permitindo soluções diferentes daquelas que decorreriam da simples subsunção. Mas o fato é que ele tem a vantagem de permitir uma decisão mais ajustada à realidade, mais próxima do consenso de justiça. Ao mesmo tempo, a existência das cláusulas gerais exige do juiz uma fundamentação. O que é preciso é que os tribunais e a magistratura atendam para esta necessidade, isso é, não se pode usar a cláusula geral apenas para se chegar a uma solução agradável, mas para resolver uma questão de justiça devidamente fundamentada. E os fundamentos afastam a discricionariedade.

RDCC — Queria discutir um pouco com o senhor sobre o Direito Civil em uma perspectiva funcional. Podemos ter, parece-me, uma dupla visão sobre as finalidades do Direito Civil. Ele pode ser visto como um agente (ou um dos agentes) transformadores da sociedade. Uma sociedade injusta como a nossa, com uma série de mazelas que vêm desde escravatura, com desigualdades arraigadas e assim sucessivamente, parece clamar por mecanismos jurídicos capazes de transformar essa realidade. Por outro lado, o Direito Civil também pode ser visto como um dos pilares estruturantes da sociedade civil, como um ramo do Direito que se encarrega sobretudo de estabelecer os padrões ou os limites dentro dos quais se exercem as liberdades. Serve de exemplo dessa função a trajetória histórica do BGB. Ele entra em vigor quando a Alemanha ainda era um império, passa pela República, vigora durante uma das piores ditaduras do mundo recente, assiste ao processo de redemocratização e de reconstrução econômico-social, bem como à introdução do Direito Comunitário e, durante todos esses anos, se mantém

com um perfil e textos semelhantes desde 1896/1900. Em outras palavras, o BGB não foi o veículo das mudanças alemãs e tampouco as justificou. Mas ele parece ter sido o esteio para a manutenção da sociedade com seus padrões e consensos mínimos na vida privada. Diante desses dois modelos, qual é a função que cabe ao Direito Civil contemporâneo?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — No Brasil? Parece-me que o Direito Civil tem de ser usado no Brasil para além dessa função estruturante das relações civis. Cabe a ele abertura para um passo à frente. Isso é, eu tenho que usar essas normas que estão no código, no Direito Civil de um modo geral, para permitir a realização de uma sociedade cada vez mais aperfeiçoada. Se me fixar apenas na definição dessa estrutura que está aí, eu estarei de algum modo cometendo uma série de injustiças que, de algum modo, estão presentes no sistema.

Ocorre que posso, sem ser revolucionário, empenhar-me e de algum modo auxiliar na realização de melhor da justiça. O Direito Civil tem de ser usado também, penso eu, com essa visão de aperfeiçoamento das relações sociais em relação ao futuro. E Código, nesse ponto, permite a participação mais ativa da doutrina, não só dos juízes, que têm inegavelmente um papel relevante, mas também da doutrina, dos professores. A dificuldade está em que todos nós somos educados segundo um outro sistema, sistema fechado, com a preocupação apenas estruturante. Essa abertura para um novo e para novas relações e para, talvez, soluções mais justas, ela se torna difícil de realizar porque nós operadores não temos esta disposição, não temos essa visão e muitas vezes não somos conhecedores dos mecanismos para implementá-la. Toda nossa formação foi feita de acordo com a orientação de um sistema fechado.

RDCC — E nesse cenário, qual é o papel da autonomia privada?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bem, é mais uma questão política do que propriamente jurídica, isso é, nós temos um ambiente que o Estado me permite atuar, e isto me parece deve ser preservado. Tenho de manter a autonomia privada, manter os limites precisos daquilo que o cidadão pode fazer e aquilo que não pode fazer, e dentro disso ele deve ter a liberdade de agir. Na medida em que o Direito assegura essa autonomia privada, nesse sistema econômico que temos, ele está agindo bem, penso eu.

RDCC — E qual o papel do Código Civil? Será que se concretiza na prática aquela visão propagada pelo Prof. Clóvis do Couto e Silva, do Código como o eixo central do sistema de Direito Privado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu acho que sim. Você pode observar: todas essas leis esparsas são aplicadas, de algum modo, de acordo com os princípios do Código Civil. E isso é bom. Na medida em que se apanha alguma norma sobre um contrato qualquer, de alienação fiduciária, por exemplo, devo aplicá-la à luz do código. É uma solução recomendável. Isso é, ele sempre vai influenciar, de algum modo, essa legislação esparsa que está aí.

RDCC — E por que o Código Civil e não a Constituição?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Porque a Constituição fica um pouco mais distante. Para aplicar a Constituição diretamente à relação de Direito Privado tenho que fazer toda uma fundamentação necessária à aplicação. É um caminho mais longo e que exige uma fundamentação mais elaborada. Enquanto que, se eu tenho a lei, não preciso fazer esta argumentação e a aplico diretamente. O processo argumentativo é mais fácil, mesmo na aplicação de princípios. Quando veio o Código Civil, para o operador ficou mais fácil

aplicar os princípios porque não precisou mais argumentar sobre suas razões, que já estão na lei. O princípio já está consagrado e isso facilita o operador, pois os princípios já são postos ao lado de seus próprios limites.

RDCC — E o Código de Defesa do Consumidor? O senhor acompanhou o nascimento do CDC de perto e, desde então, teve um envolvimento grande com ele. Em certa medida, foi inclusive um dos responsáveis para que o Direito do Consumidor tenha se firmado entre nós. Eu me recordo da sua importante atividade à testa dos então Juizados de Pequenas Causas, além de ter sido um julgador sempre se preocupou com a boa aplicação do CDC. Eu gostaria de lhe ouvir um pouco sobre o CDC e de seu papel no Direito Privado brasileiro.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bom, tu falaste nos juizados. Tanto os juizado, quanto o Código do Consumidor, quando surgiram, foram vistos como de “segunda categoria”. Os juizados eram vistos como um órgão de pouca importância para o Judiciário, e o CDC era visto como uma lei irrelevante para a sociedade. É assim que surgiram. Na época, precisávamos fazer propaganda dos juizados nos ônibus para chamar as pessoas para eles. E era uma dificuldade convencer a administração dos tribunais de que eles deveriam ser estruturados, mereciam apoio. Até hoje os juizados são uma realidade importante, especialmente na Justiça Federal, onde absorvem uma grande parcela das demandas. Na Justiça Federal também havia essa mesma ideia. Foi quando eu estava no Conselho da Justiça Federal que se fez a nova lei e se implantou os juizados na Justiça Federal, às vezes com muita resistência.

Bom, assim também foi com o CDC, que era visto como uma lei de segunda categoria. Quando eu examinei suas questões, já tinha bons fundamentos, em razão dos conhecimentos dessa área a partir dos estudos com o Clóvis. De fato, o CDC trouxe para o ordenamento jurídico aqueles princípios que nós estávamos tratando de aplicar no Direito Civil como um todo, mesmo que sem uma fonte expressa na lei civil. E como eu cuidava disso com interesse, isso terminou sendo levado à jurisprudência e pelo menos discutido, especialmente no STJ. Acredito que os estudos feitos no Direito Civil me auxiliaram a compreender o Código do Consumidor, sua importância e seus princípios. Inclusive, sempre que possível, tratei de aplicá-lo e isso de algum modo auxiliou da sua aplicação é respeito ao novo diploma. O STJ, nesse ponto, teve um papel muito importante.

RDCC — O CDC tem influência sobre a interpretação do Código Civil?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Acredito que sim. As ideias que permeiam o Código do Consumidor, sendo aplicáveis a uma relação civil, ainda que de consumo, essas mesmas ideias acabam se aplicando, ou pelo menos influenciando a compreensão de outras relações de Direito Civil mesmo que não sejam de consumo. As relações civis, cada uma a seu modo, devem atender a certos princípios, princípio de lealdade, de informação etc. Isso deve estar presente em qualquer espécie de contrato. Entre nós, parece-me, essa compreensão veio do Código do Consumidor. Excelente diploma, que devemos à competente comissão de juristas que o elaboraram, é à divulgação que lhe deram o ministro Hermann Benjamin e a professora Cláudia Marques.

RDCC — Temos hoje tramitando no Congresso um projeto de Código Comercial. Eu não queria tratar aqui deste projeto e das suas polêmicas, já que ainda está em aberto se e como ele evoluirá. Mas queria tratar da necessidade de um novo código no âmbito do Direito Privado brasileiro, depois do Código Civil de 2002 ter unificado os textos que

regem as obrigações civis e comerciais. Há espaço para uma nova cisão?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bem, eu não conheço o projeto. Por princípio, eu não leio projetos. É melhor não se ater ao projeto, porque não se sabe até aonde ele vai. Mas, mesmo assim, eu não sou contra um Código Comercial, cujo projeto que ora tramita é da iniciativa do professor Fabio Ulhoa Coelho. O Código Comercial trata de uma relação específica entre empresários. As relações entre empresários deve ter uma conotação diferente daquelas entre os cidadãos comuns, leigos, que fazem um contrato de locação, ou um cidadão comum que faz um contrato de consumo. Diferentemente dessa situação está o empresário, de quem se presume ter certos conhecimentos, a quem se impõe certos deveres e a quem, portanto, se exige uma conduta comercial, uma conduta negocial, diferente da que se faz para o cidadão leigo. Isso me parece que justifica a existência de uma lei específica para o empresário.

Eu recorro que o professor Lélcio Candiota de Campos, de Direito Comercial, certa vez me disse que um problema na aplicação do direito cambiário estava em que a lei cambial fora feita para regularizar situações entre os empresários e, quando você transfere isso a uma relação com leigos, este sofrerá restrições, imposições, exigências, a que ele não estaria habituado, nem esperava suportar. Transfere-se o que seria exigível do comerciante, alguém preparado. Então, existem normas que são apropriadas para os comerciantes e normas que são apropriadas para os cidadãos comuns. Na medida em que for criado um código que se propõe a regular exclusivamente a relação entre os empresários, parece-me que se trata de uma ideia que não é criticável.

RDCC — E como se daria a coexistência entre essas três leis maiores do Direito Privado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — O principal seria o Código Civil, penso eu, tendo de um lado, o comercial e, de outro, o consumidor. Todos de algum modo influenciariam e seriam influenciados.

RDCC — Seria uma coexistência por meio da parte geral?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Não necessariamente. No contexto dos três diplomas, além da parte geral que têm ou possam ter, encontraremos regras e princípios utilizáveis para a solução de casos concretos que, embora submetidos basicamente a uma das leis, possam ser interpretados com o auxílio da outra. Os conceitos dos diversos tipos de relações podem auxiliar na compreensão de situação prevista em outro diploma. O certo é que, em princípio, cada uma delas tem suas próprias normas interpretativas, e aplicação deve corresponder à hermenêutica de cada uma delas. Embora essa recíproca influência, O Direito Civil vai continuar sendo o centro, o cerne de toda a estrutura de Direito Privado. Cabe a ele ter as normas básica, as definições mais relevantes.

RDCC — E também ficaria com ele a parte conceitual de Direito Privado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Exatamente. Cabe esse papel ao Direito Civil, ao Código Civil. Você não precisa nem sequer abrir o Código Comercial para buscar a parte conceitual, salvo naquilo que tenha regramento específico. O Código Comercial deve tratar especificamente da relação entre empresários e definir esta relação, mas não estabelecer conceitos que são gerais do Direito Privado. Estes conceitos devem ficar no Direito Civil e é lá que eles estão.

RDCC — Ainda sobre o Código Civil, o senhor teve um papel importante no desenvolvimento da interpretação do código, que foram as Jornadas de Direito Civil do

Conselho da Justiça Federal, que, depois, deu origem às Jornadas de Direito Comercial, igualmente capitaneadas pelo STJ. De onde veio essa ideia e como foi a sua implementação?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — O Código Civil resultou de um projeto elaborado 30 anos antes, mas que nesse tempo não foi discutido nem debatido no país. Quando a nova lei entrou em vigor, praticamente não tínhamos critérios interpretativos, a doutrina era escassa e nenhuma a experiência forense. Tirante as lições dos ilustres juristas que integraram a comissão, professor Miguel Reale e ministro Moreira Alves, eram poucos os elementos. Daí a ideia de reunir juristas dedicados ao estudo do Direito Civil, professores, magistrados, advogados, e representantes das diversas entidades jurídicas, em Brasília, sob os auspícios do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, do STJ, para sugerir a possível interpretação dos artigos do novo Código. O formato do encontro eu busquei nas Jornadas de Direito Civil realizadas na Argentina, onde são apresentadas proposições e aprovados enunciados, no estilo de ementas, que registrariam o resultado dos debates e poderiam ser facilmente divulgados. A expressiva participação de renomados juristas e a qualidade dos trabalhos justificaram a ampla aceitação dos enunciados, que hoje constam dos principais ementários jurídicos do país. Minha participação sempre foi secundária, sugerindo e acompanhando os trabalhos, porque as decisões sobre a realização das Jornadas foram dos presidentes do STJ e dos coordenadores do Conselho da Justiça, e hoje também da ENFAM. Quem realmente organiza os trabalhos, seleciona as proposições e dirige os grupos de temáticos são os cinco Professores integrantes da Comissão Científica, com o auxílio da Secretaria do Conselho.

RDCC — Qual o papel dessas jornadas no futuro?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — As jornadas continuarão sendo uma oportunidade para o encontro e o debate dos temas de Direito Civil e Direito Comercial. O modelo adotado é produtivo, não mais com aquela finalidade inicial e premente de fornecer critérios interpretativos para o novo código, mas sempre abrindo novas frentes de debate. O ideal seria que esse trabalho se repetisse nos Estados, como aconteceu recentemente em São Paulo, quando foram realizadas, sob a presidência do IASP e coordenação do professor Fabio Ulhoa Coelho, jornadas para debate dos julgamentos das câmaras especializadas em Direito Empresarial, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

RDCC — Vamos falar sobre alguns campos específicos do Direito Civil, começando pela responsabilidade civil. Se olharmos a história recente da responsabilidade civil, vemos uma ampliação da objetivação, ou seja, da responsabilidade sem culpa. Será que podemos dizer que hoje o papel da culpa é realmente secundário ou ela continua tendo um papel estruturante, conceitual, da responsabilidade civil?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Essa tendência de objetivação existe e está presente em diversos ramos, especialmente no Direito Administrativo. Mas o fato é que mesmo no Direito Administrativo, onde reina a responsabilidade objetiva, há exceções. É exemplo a responsabilidade pelos atos omissivos. Na minha opinião, o Estado somente responde por atos omissivos se ficar demonstrado que ele, o Estado, não teve a diligência que deveria ter tido em se omitir. Então, é preciso examinar a culpa. Nos atos jurisdicionais, eu penso que somente se pode responsabilizar o Estado pelo ato jurisdicional se ficar demonstrada a culpa grave do juiz, porque não é só pelo fato dele dar uma decisão que fira interesses de A e B, que pode o Estado ser responsabilizado. Então, mesmo que haja uma ampliação dos casos de aplicação da responsabilidade objetiva, ainda há presença da culpa.

Além disso, quando estou diante de um caso em que a lei diz que a responsabilidade é objetiva, ainda assim, muitas vezes o que há é uma presunção de culpa, pela qual se afasta a necessidade de fazer a prova. A ideia de que a responsabilidade é fundada na culpa está entranhada na nossa vida cultural e, se existe uma abertura para a responsabilidade objetiva, é porque estamos vivendo em sociedade em que a demonstração da culpa afasta a responsabilidade, totalmente, em alguns casos. Mas também é verdade que, no fundo, a gente aceita esta responsabilização quando se percebe no outro lado uma imprudência, uma negligência etc. E isso é a culpa. Então sintetizando, há uma tendência de objetivação. Mas mesmo em casos de responsabilidade objetiva, há espaço para a responsabilidade por culpa. Ainda há sempre uma necessidade de convencimento pessoal de quem aplica, de reencontrar ali uma conduta descuidada.

RDCC — Será que, teoricamente, nós poderíamos imaginar uma responsabilidade civil sem nenhum rasgo de culpa? Será que nós continuaríamos tendo responsabilidade civil, ou teríamos um sistema de seguro social ou de transferência de risco, simplesmente?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — É, tens razão. Porque, se eu não examino a culpa e vou sempre punir o sujeito que praticou a ação, bastando a relação de autoria e causalidade, o Estado vai ter que encontrar um sistema destinado a proteger as pessoas que atuam na sociedade. Essas pessoas vão necessariamente praticar ações e, necessariamente, produzir resultados muitas vezes danosos. Então o sistema de seguro – que, no Brasil, deveria ser muito mais desenvolvido do que é, aliás – o sistema do seguro socializaria essa responsabilidade e daria segurança também à pessoa. É difícil imaginar a responsabilidade do cidadão só porque ele está atuando em sociedade. Há quem critique essa solução, alegando que pessoa tenderia sempre a ser mais descuidada porque amparada pelo seguro. Penso que essa observação não procede, os percalços de uma responsabilização, ainda que segurada, sempre seria causa de transtornos a evitar.

RDCC — Não sendo assim, a responsabilidade civil acabaria sendo um sistema que acabaria, sem um critério razoável, punindo alguns sem punir a todos.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Exatamente.

RDCC — A ausência absoluta da culpa acaba também sendo injusta na distribuição das cargas e ônus sociais. Não havendo culpa e sendo responsabilizados apenas alguns, haveria uma distribuição digamos assim, lotérica, dos ônus sociais. Nesse sentido, a culpa se apresenta como um critério de justiça, já que ela é a razão da consequência sancionadora.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sim, porque ela justifica a punição por si. A culpa, o reconhecimento da culpa é basicamente o fator de justificação da indenização.

RDCC — Vamos nos voltar agora para os contratos. O novo Código Civil trouxe uma figura que possui características de jabuticaba, tipicamente brasileira. É a função social do contrato. Passados mais de dez anos da vigência do novo Código Civil, até hoje não se sabe exatamente o que é essa tal de função social do contrato. O STJ também me parece ainda não conseguiu delinear uma definição nítida do que seria a função social do contrato. Será que nós estamos diante de um verdadeiro princípio, ou seja, um juízo com função normativa capaz de reger as relações? Ou será que estamos simplesmente diante de um princípio declaratório, cuja finalidade é afirmar que as relações contratuais, ainda que tenha efeitos limitados às partes, possuem conexões necessárias

com a sociedade e, portanto, deve considerar as consequências sociais dos contratos? Há uma função operativa concreta da função social do contrato sobre os contratos?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Até hoje sempre se teve dificuldade de definir o conteúdo deste princípio e isso faz com que não seja aplicado ou que seja invocado muitas vezes sem nenhuma razão. Eu acho que, por esta dificuldade, vai gerar a compreensão de que se trata de um princípio dotado dessa segunda função que tu referiste, ou seja, muito mais declaratória do que propriamente operativa.

RDCC — Tanto que, muitas vezes, o princípio é invocado apenas como um plus argumentativo.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso, só na argumentação. Quando o aplicador se depara com uma situação que já está sendo resolvida de algum modo, com base em outras regras ou princípios, a invocação da função social do contrato é para dar o fecho da argumentação. E aí, cabe para qualquer situação, porque em todas as relações sociais e em todas os contratos eu posso examinar se ele está ou não atendendo aquela finalidade social para qual ele foi instituído. E como eu não sei bem o que é essa finalidade – muitas vezes uma finalidade ad hoc – é obvio que eu não vou ter condições de promover uma definição geral. Será uma invocação no caso e para o caso. Então, fica sempre no âmbito do argumento. É muito mais um reforço argumentativo do que um princípio propriamente dito.

RDCC — E o Direito de Família? Se não me falha a memória, o senhor nunca se dedicou fortemente ao estudo do Direito de Família.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — É que eu sou casado já há 40 e tantos anos, então...

RDCC — Isso é de fato um problema técnico! O senhor acaba entendendo pouco de divórcio...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sem dúvida! Não entendo bem porque acabei não me envolvendo com isso na prática. Tenho a consciência de que o divórcio dá mais trabalho do que... o matrimônio. Ou seja, mantenho o matrimônio por uma questão prática. (risos)

RDCC — E como julgador, como eram as suas posições sobre o Direito de Família?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu sempre fui um liberal nessa área. Ao contrário do professor Clóvis, aliás. O Clóvis foi o redator da parte do Direito de Família no novo código e foi uma parte que mudou substancialmente com a Constituição. Do ponto de vista estrutural, isso gerou problemas, pois as adaptações perderam uma visão de organização que o projeto possuía. O Clóvis, em termos de Direito de Família, era muito conservador. De minha parte, eu sempre fui mais liberal.

Creio que foi do nosso tribunal, da 5ª Câmara, a primeira decisão, ou pelo menos uma das primeiras decisões brasileiras, reconhecendo os direitos de uma concubina sobre o patrimônio construído em comum. Na época, o concubinato não gerava nenhum direito pois, do ponto de vista moral, ele era recriminado. Também, há mais de trinta anos reconheceu-se o direito da concubina de receber alimentos. Mais tarde, no STJ, votei no sentido de reconhecer o direito do companheiro à herança do falecido. Certa vez, reconheci o direito da mãe adotiva de receber o auxílio que era concedido à mãe biológica, que o INSS não reconhecia porque ela, a adotiva, não era “mãe”. E assim por diante. Eu sempre fui muito liberal na interpretação e aplicação do Direito de Família.

RDCC — E como é que o senhor vê o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso aí é o desenvolvimento da sociedade e a tendência é de aceitação. A sociedade caminha para esse lado, não só no Brasil, como também em outros países. Amanhã ou depois, o casamento entre pessoas do mesmo sexo será aceito como um fato normal. Hoje ainda há uma certa restrição, mas creio que é momentânea. O que eu ainda tenho dúvidas é com a situação dos filhos criados em famílias formadas por pessoas do mesmo sexo. Até que ponto isso aí pode prejudicar o desenvolvimento psicológico da criança, eu ainda não sei. Mas vamos ver o que acontece. Não se tem experiência suficiente nisso ainda.

RDCC — Muito embora, no Brasil, tenhamos uma maior facilidade de decisão sobre o tema, porque a alternativa para uma criança que está para ser adotada por um casal do mesmo sexo é a não adoção e, portanto, seguir na situação de abandono. Então...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso mesmo. A alternativa é horrível, certamente. Não há outra solução, pelo contrário. É preciso que se diga também que, em termos de adoção, embora a lei seja facilitada, a gestão judiciária da adoção é demorada. São meses, anos para se conseguir liberar uma adoção. Em vez de facilitar... Ocorre que há uma preocupação muito grande, justificada em parte, de que a adoção possa servir para comércio, atos ilegais. Daí o cuidado na verificação da situação da criança, dos pais biológicos, dos pais adotivos etc. Mas isso tudo deveria ser mais facilitado. E, voltando à questão, na alternativa entre deixar a criança em um reformatório ou tê-la adotada na casa de um casal homossexual, que se fique com a segunda. A criança certamente será mais beneficiada.

RDCC — Vamos falar um pouco sobre Judiciário. Nós não chegamos a falar sobre isso no início, mas é o senhor além de ter sido juiz, é filho de juiz e pai de juiz.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Na Faculdade de Direito da UFRGS tem um anuário de estudantes que se formaram lá. Então, tem o Ruy Rosado de Aguiar, o Rui Rosado de Aguiar Júnior e o Ruy Rosado de Aguiar Neto... três.

RDCC — E três juízes.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso mesmo. Eu tenho uma outra filha que é juíza também. Juíza federal.

RDCC — O Judiciário enfrenta hoje questionamentos sobre a sua eficiência, considerando o volume de trabalho, sobre sua idoneidade, considerando casos de corrupção, sobre a sua eficácia, considerando os seus custos versus as respostas que ele dá à sociedade. Como e que o senhor vê o Judiciário hoje?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Com relação a idoneidade, os problemas que se tem, de um modo geral, são relativamente pequenos. Na medida do possível, juízes inidôneos são punidos administrativamente. O afastamento definitivo do juiz já é mais difícil, porque depende de um processo judicial. Mas, administrativamente, há punição.

O que eu vejo nessa situação toda da prestação da jurisdição é que o Brasil tem um processo civil e um processo penal que são os causadores de uma situação hoje invencível. Atribuo basicamente ao processo, pelo seu formalismo. Agora mesmo anularam um processo porque a parte alegou que na audiência não teve condições de ouvir uma testemunha. Então você anula um processo que demora dez anos, porque não foi ouvida uma testemunha, em vez de mandar ouvir a testemunha e sanar a falta? Há algum tempo, anularam um processo criminal porque o réu esteve algemado na

audiência, como se isso fosse a causa de invalidade de todos os atos realizados no procedimento, longo e demorado.

O processo, com esse formalismo que nós o temos, está simplesmente fadado a não funcionar. Não tem judiciário que, do ponto vista orgânico, se estruture suficientemente para dar vazão à demanda. A configuração do nosso processo, pela maneira com que se garante aqui todas aquelas importantes garantias de devido processo legal, de ampla defesa, contraditório etc., é algo excessivo e emperrado. Há recurso em tudo e para tudo. E isso faz com que o processo civil se torne inviável. Começa com o processo de conhecimento, que demora de cinco a dez anos, e continua com o processo de execução, que é outro que demora de cinco a dez anos.

O processo de execução, aliás, eu acho que nem deveria estar no Judiciário. É uma questão administrativa. O juiz deveria dizer: “tu tens direito a dez e, se não te pagarem, ali na esquina tem um cartório que vai cuidar da execução. Qualquer problema que surgir lá, tu me trazes aqui que eu resolvo. Mas eu não vou cuidar da execução.” O juiz não tem condições de controlar a execução, saber onde mora o devedor, quais os seus bens, se é casado, etc. A União, os estados e municípios entram com ações e nem sequer sabem onde estão os seus devedores. Cabe ao juiz descobri-los, citá-los, encontrar os bens, penhorá-los, intimá-los, dar destinação aos penhorados...já foste em um depósito judiciário? É a coisa mais lamentável do mundo. São bens que não prestam serviço ao devedor e não estão na mão do credor, estão se deteriorando. Se é um animal, se é uma máquina, tu tens que cuidar do animal, conservar a máquina. Aí depois tu levas a leilão, à hasta, à praça, é depois anulam a praça porque algo faltou no edital e começa tudo de novo. O processo de execução é algo que não se casa com a atividade judicial, pelo formalismo à que o juiz está submetido. No processo de conhecimento então são tantas as garantias, tantos os recursos, em todos os níveis, é um nunca acabar. Isso faz com que estejamos hoje julgando os juros e a correção monetária da pequena poupança feita há trinta anos. Isso é possível? É ainda falta o recurso ao STF. Um Estado que tem um processo judicial que leva trinta anos para decidir sobre a correção monetária do depósito do pequeno poupador, ele não está cumprindo com a sua função. Essa jurisdição não existe. Portanto, o modelo que nós temos é um modelo falido e eu não vejo como, mantendo-se esse modelo, ainda que ajustando certas partes dele, que nós tenhamos uma solução para o caso. Não teremos.

RDCC — Quais seriam as soluções possíveis, além de acabar com o processo de execução, que, de atividade jurisdicional, tem muito pouco?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Tínhamos que ampliar a mediação e a conciliação. Na Inglaterra, a parte vai ao seu advogado, o advogado comunica a pretensão à outra parte, que constitui o seu advogado e eles dois, os advogados, vão tentar se acertar. Se não se acertarem, vão ao mediador e, se não se acertarem, daí é que as partes vão ao juiz. Bom, aqui há a necessidade de se ir sempre e diretamente ao juiz. O nosso sistema estimula a demanda. Além disso, a ordem administrativa não permite nenhum tipo de garantia do cidadão contra os pequenos abusos. As agências não funcionam para a realização da sua finalidade e não há como reclamar para uma agência reguladora a pequena ofensa. Daí, tudo tem que ir ao Judiciário. Nós temos que evitar que essas pequenas demandas cheguem ao Judiciário, porque elas não precisam chegar.

Só para te dar um exemplo de irracionalidade do nosso sistema: instalaram um Juizado Especial Cível no aeroporto para julgar as causas de overbooking, perda de bagagens

etc. Então eu te pergunto: não seria o caso de ter lá um funcionário da ANAC ou de qualquer órgão público que recebesse essa reclamação, tivesse condições de examinar de pronto a procedência das alegações e que pudesse determinar retirada imediata, no banco, dos 500 reais em benefício daquele que já se constatou que tem evidente direito? Poder-se-ia ter um fundo, com recursos das empresas, destinado a permitir a imediata realização do direito. Veja, não se está tratando de um caso que exige uma longa dilação probatória. A existência ou não do overbooking é algo que se constata na hora. Mas não, não funciona assim. Tem-se que ir ao juiz. Então, o juiz tem que analisar o caso, mandar processar, com citações, intimações etc. A parte tem de voltar ao Judiciário, talvez mais de uma vez. Tem que ter julgamento, tem-se que ouvir testemunhas, haverá recurso... é um descabimento. Isso mostra como está desviado o nosso processo. Tudo é encaminhado ao juiz e, se tudo vai ao juiz, acumula.

Também há a questão das ações massificadas. Até hoje não encontramos um meio de tratá-las adequadamente. Então, uma das soluções seria evitar a pequena demanda, que pode ser resolvida administrativamente, objeto de uma mediação ou da conciliação e que, em último caso, haja a intervenção do Judiciário. E que, no Judiciário, seja prestigiada a decisão de primeira instância. Antigamente, quando o meu pai era juiz municipal, o recurso da decisão dele ia para o juiz da comarca. Como ele tinha um certo grau de competência, o julgador do recurso da decisão dele não era o tribunal, mas o juiz singular da comarca. Agora vem tudo para o tribunal. Vem de qualquer nível, vai para o tribunal e de qualquer nível vai para o STJ e, dali para o Supremo, ou diretamente para o STF do juizado especial cível. Então, esse sistema recursal que nós temos hoje é pior do que o que nós tínhamos há meio século. Procurar reforçar a decisão de primeiro grau e criar mecanismos de controle do ingresso das ações, ampliar as competências dos juzizados especiais, porque o procedimento dos juzizados é um procedimento razoável e adequado a pequenas demandas.

O juizado especial federal funciona bem porque o cumprimento da sentença se dá mediante a expedição de ordem, para pagamento de recursos que já estão à disposição do STJ. Ou seja, tem-se uma sentença eficaz e cumprida. Nos juzizados especiais cíveis há a dificuldade da execução, porque muitas vezes a outra parte não tem o recurso para pagar. E, com isso, volta-se ao que falamos antes: dificuldade de execução, que fica pendente no próprio Judiciário. Nós temos várias alternativas postas na mesa, além de experiências de outros países que podem nos auxiliar em parte. A partir daí, também temos de mudar nossas mentalidades. Hoje os juízes estão acostumados a um procedimento em que tudo é levado para citação, audiência, sentença, recurso. Mas ele deveria estar habituado com a conciliação, deveria incentivar a conciliação, controlar a mediação, incentivar a arbitragem.

Ainda ontem eu estive em uma reunião da OAB-RS sobre arbitragem, que está criando a sua Câmara Arbitral. Uma das propostas é de que se solicitasse aos juízes, no momento da conciliação inexistente, sugerissem às partes levar o caso à arbitragem, que ainda é uma desconhecida. Nós não temos nada na faculdade a respeito de arbitragem, de conciliação, de negociação. O que que se faz nas faculdades de Direito brasileiras sobre negociação? Nada. Os advogados são formados e incentivados a promoverem ações, acostumados e ensinados, desde o início, a demandar. São demandistas, e essa cultura toda tem que mudar. E para mudar isso precisa muita coisa, a começar pela própria Constituição. É lá que se encontram todos os princípios. Assim, toda lei que vier limitando algum tipo de recurso, contraditório, ampla defesa etc., toda regra que vier, de

algum modo, eliminar uma veia desse “demandismo”, sempre vai bater em uma arguição de inconstitucionalidade.

RDCC — Deixe-me mudar o foco novamente. Até agora, ouvimos a sua análise sobre fatos externos. Agora, queria ouvir um pouco do senhor sobre si mesmo. Se olharmos a sua trajetória, vemos alguém que foi advogado, promotor, professor, juiz e, hoje, é parecerista e árbitro. A ordem, aqui, foi cronológica, ou seja, sem nenhuma atribuição de importância. É isso que eu queria do senhor. Qual dessas profissões lhe define? Qual é aquela com a qual o senhor mais se identifica?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Fico entre o magistério e a magistratura. O magistério obriga o estudo sistematizado, a constante atualização, o agradável convívio com os alunos. Incentiva a busca de novos caminhos, doutrinas e teses. Propicia o encontro com professores e juristas de todos os países. Acima de tudo, gratifica por permitir acompanhar o desenvolvimento dos jovens estudiosos, que em pouco se tornam doutores renomados, como acontece com o meu entrevistador. Mestre é o que mostra e nisso era inexecedível o professor Galeno Lacerda. É a felicidade do mestre é ver o aluno superá-lo, a evidenciar que cumpriu sua missão.

A magistratura porque permite o uso da jurisdição, o processo aberto à espera de uma solução justa. A magistratura gratifica porque permite ao juiz superar suas dúvidas e a final encontrar a solução que ele considera justa. A função do juiz é fazer justiça. O juiz deve estar consciente de que é um servidor, atento ao interesse das partes, capaz de compreender suas angústias e usar dos instrumentos que a lei lhe fornece para bem resolver o litígio. A magistratura oportuniza o convívio com os advogados, profissionais afeitos ao combate forense, pelos quais sempre tive admiração.

RDCC — O senhor ainda tem muitos anos de produção, sem dúvida. Mas, olhando para trás, vemos uma trajetória que nos permite observar tanto o plantio quanto uma vasta colheita, plena de frutos dos mais diversos. Fazendo um balanço da sua carreira, qual é o seu principal legado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Tenho que a minha principal contribuição decorreu da reunião de alguns acasos que a vida me proporcionou: ao estudo do Direito Civil, com o professor Clóvis do Couto e Silva, somou-se a edição do Código de Defesa do Consumidor e do novo Código Civil, concomitantemente com a minha nomeação para o STJ, para onde acorreram os primeiros recursos sobre as novas matérias, propiciando julgamentos com base nesses novos princípios. De outra parte, pelo mesmo acaso, estava presente quando se cuidou de elaborar a legislação e tratar da implantação dos juizados especiais estaduais e federais, e mais recentemente, no acompanhamento das Jornadas do CEJ.

RDCC — E quais são os seus projetos para o futuro?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. Para o futuro, pretendo continuar com a mesma atividade no escritório e participando de alguns eventos jurídicos. Tenho de urgentemente atualizar os comentários ao novo Código Civil, da coleção organizada pelo Min. Sálvio de Figueiredo.

1. Iraí é uma pequena cidade da região norte do Rio Grande do Sul, hoje com aproximadamente 8 mil habitantes, próxima à divisa com Santa Catarina. É referida por seus habitantes com a inclusão do artigo definido masculino.

2. Fundado em 1900, o colégio Júlio de Castilhos é um dos mais antigos e tradicionais do Rio Grande do Sul. Ficou conhecido por sua formação rigorosa e pelo elevado nível dos seus professores. No Julinho, como é conhecido, estudaram políticos, artistas e juristas de grande destaque nacional. Também foi ali o berço do primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), criado por um grupo de estudantes. Posteriormente, os CTGs se espalharam pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil, além de serem encontrados em outros países.

3. Ajuris é a Associação de Juízes do Rio Grande do Sul.

4. Jean Carbonnier (1908-2003), civilista francês.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Coleta de dados para aperfeiçoar pesquisa termina em 30 de agosto

Gestores educacionais, professores, pesquisadores e demais usuários da base de dados do Censo da Educação Superior têm até o dia 30 de agosto para participar do aprimoramento do Censo da Educação Superior. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) convida os usuários a responder um questionário on-line sobre a utilização dos dados da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados para a realização da pesquisa está em processo de revisão. Por isso, o Instituto conta com a colaboração fundamental de quem utiliza ou já consultou as informações do censo, acolhendo sugestões e críticas.

O formulário da pesquisa traz perguntas que ajudam a conhecer melhor quem usa as informações, com qual finalidade, quais são os dados mais consultados e, ainda, o que poderia melhorar no censo. A Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, por meio da Coordenação-Geral do Censo da Educação Superior, elaborou o questionário, disponível no portal do Inep.

Censo da Educação Superior – Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior reúne informações sobre as instituições de educação superior, os cursos, os docentes e os alunos. O preenchimento do censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das instituições em programas do Ministério da Educação, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e as bolsas subsidiadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O censo financia ainda a Avaliação da Educação Superior, sendo insumo para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), dois dos Indicadores da Qualidade da Educação Superior divulgados pelo Inep.

Assessoria de Comunicação Social - INEP

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Bases de conhecimento da OCDE disponíveis para o público

Coleções multidisciplinares com estatísticas, livros, periódicos e obras de referência de 1961 até 2019. Esta é a base de conhecimentos globais de informação e análises da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) cujo acesso é oferecido gratuitamente pela **CAPES**, via Portal de Periódicos.

Nela os usuários conseguem encontrar materiais em português e/ou voltados para a realidade brasileira. Para acessar, basta pesquisar no Portal de Periódicos o termo "OECD" na opção de busca pela base.

Estão disponíveis seis coletâneas para a comunidade acadêmica brasileira. Todos os dados da editora estão reunidos na plataforma principal – OECD iLibrary – que é uma ferramenta on-line projetada para auxiliar estudantes, professores, pesquisadores, bibliotecários e demais usuários envolvidos com as áreas de Ciências Exatas, Biológicas, Ambientais, Agrárias, Humanas, Sociais Aplicadas, da Saúde e Engenharias.

Pela plataforma OECD iLibrary o usuário encontrará as publicações por filtros como tema, país ou tema & país, aumentando a precisão da pesquisa.

Acesse o Portal de Periódicos agora mesmo!

Redação CCS/CAPES - 23.08.2019

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Comissão debaterá proposta do MEC para gestão de universidades

A Comissão de Finanças e Tributação promove, nesta quarta-feira (28), uma audiência pública para apresentação e debate do programa Future-se, do Ministério da Educação, que tem como objetivo possibilitar a realização de parcerias entre a União, as universidades e as organizações sociais para gestão de universidades, e estimular as instituições a captarem recursos próprios para sua manutenção.

O programa foi apresentado em julho pelo MEC e disponibilizado para consulta pública até 29 de agosto. Mais de 50 mil pessoas se cadastraram na consulta, e um projeto de lei sobre o assunto deverá ser enviado em breve ao Congresso Nacional.

"Nos últimos anos, nossas universidades entraram em um período em que o volume da produção aumentou, porém o impacto da produção passou a diminuir. Parte disso pode ser atribuída a incentivos equivocados, focados na expansão sem atenção à qualidade e potencializada por gestores indolentes e incompetentes que se escondiam atrás do engessamento legal para manter ambientes acadêmicos de pouca inovação e com gestão totalmente ultrapassada", disse o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que solicitou a audiência.

"Nossas universidades precisam ser libertadas do engessamento administrativo para poderem ser geridas com o arrojo que o mercado acadêmico e a ciência de ponta exigem, privilegiando aquelas universidades que valorizam a melhor gestão."

Foram convidados para discutir o assunto com os deputados o ministro da Educação, Abraham Weintraub; e o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior.

A audiência está prevista para as 9 horas, no plenário 4.

topo ↕

FOLHA - GO - TEMPO REAL

-candidatos com dificuldade de acesso podem ligar para 0800

O Ministério da Educação (MEC) disse hoje (23) que os candidatos inscritos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) que tiveram problemas em acessar a página para consultar os locais de prova devem ligar para o número 0800 616161. A edição de 2019 ocorre neste domingo (25) em todo o país.

Candidatos têm relatado problemas para acessar a página do participante, onde é possível imprimir o comprovante de inscrição e também saber o local da prova. A assessoria do ministério disse estar ciente de eventuais instabilidade nos portais da pasta e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame.

Segundo a assessoria, o ministério tem trabalhado para reforçar a estabilidade dos portais. Caso o candidato ainda tenha dificuldade de acessar a páginas, o MEC recomenda ligar para o 0800.

No dia 8, o ministro Abraham Weintraub disse que os portais do ministério e do Inep podem estar sendo vítimas de "sabotagem" e que tais episódios estariam prejudicando alguns serviços. O ministro disse que enviou à Polícia Federal (PF) as informações e pediu a abertura de uma investigação.

Na manhã dessa quinta-feira (22), três peritos da PF visitaram a sede da pasta, em Brasília, onde verificaram a estrutura de informática. Eles checaram a sala cofre, onde estão servidores e outros equipamentos dos sistemas informáticos da pasta e levaram informações para avaliação de modo a tentar identificar se os ataques ocorreram e, na hipótese positiva, as causas.

A página do ministério é o principal canal de acesso a diversos produtos da pasta por estudantes. É o caso do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). É por meio dela que os candidatos podem se inscrever e obter informações sobre prazos e seleção, por exemplo.

Exame

As provas do Encceja serão aplicadas no turno da manhã, das 9h às 13h, e, no turno da tarde, das 15h30 às 20h30. Os participantes com atendimento especializado terão 60 minutos a mais para terminar o exame em cada turno. Os portões são abertos com uma hora de antecedência e fechados 15 minutos antes do início da aplicação.

Durante todo o dia, o exame será aplicado em 611 municípios. Em cada nível de ensino, são quatro provas objetivas, cada uma com 30 questões de múltipla escolha e uma redação. Pela manhã, serão aplicadas as provas de ciências naturais e matemática, para o ensino fundamental; e ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias, para o ensino médio.

À tarde, os participantes farão provas de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, educação física, história e geografia, e redação para o Ensino Fundamental; e linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias, para o ensino médio.

Para entrar nos locais de provas, o participante deve levar documento original oficial com foto de acordo com os permitidos pelo edital. Cópias, mesmo autenticadas, não serão aceitas. Documentos eletrônicos não valem para o Encceja, como prevê o edital.

Quem teve o documento perdido, roubado ou furtado, deve apresentar o Boletim de Ocorrência, expedido por órgão policial há, no máximo, 90 dias anteriores ao dia do exame.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Minicurso na UFMT discute racismo institucional na educação básica

O evento começa às 18h, tem entrada gratuita e será realizado no Instituto de Educação (IE).

Por G1 MT

O Coletivo Negro Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) realiza, nesta segunda-feira (26), um minicurso para discutir o racismo institucional na educação básica. A programação faz parte das formações mensais organizadas pelo coletivo.

O evento começa às 18h, tem entrada gratuita e será realizado no Instituto de Educação (IE).

As discussões serão guiadas pela pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (Nepre) da UFMT, Flávia Gilene Ribeiro.

O minicurso abrange os contornos do racismo institucionais em ambientes escolares: raça, racismo e racismo institucional.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

O Future-se, o passado e o Acórdão 2.731

Para entender melhor o contexto e as posições sobre o Future-se, vamos voltar um pouco ao passado. Mas antes vamos analisar rapidamente o programa atual do MEC sob a ótica das fundações de apoio às universidades. Nele, as fundações criadas para gerirem projetos de pesquisa e inovação nem sequer foram consideradas, mesmo que essa polêmica política pública vise a alterar o modelo de gestão com as Organizações Sociais, ferindo a autonomia das instituições federais de ensino superior, incorporando novas fontes de financiamento e promovendo a interação da universidade com a indústria. No entanto, e para contextualizar a discussão, vale a pena observar que não foi a primeira vez que as fundações foram desprezadas pelo ministério. Mostraremos a seguir.

Desta vez as fundações foram simplesmente omitidas, embora sejam credenciadas pelo MEC e pelo MCTIC – que, portanto, tinham o dever de saber quantas, quais e sua utilidade eventual para os fins do programa, cujos objetivos anunciados eram a inovação, a interação universidade-empresa, novas fontes de financiamento e fundos patrimoniais, entre outras. Ou seja, tudo o que as fundações de apoio já fazem junto às administrações das faculdades e universidades federais. Tal omissão demonstra

fragilidade ou pressão na formulação do programa do MEC, mas já contornada parcialmente pela Secretaria de Ensino Superior, pois o Confies fez outras reivindicações associadas a essa, qual seja, a manutenção da autonomia da universidade.

No Future-se, as fundações criadas para gerirem projetos de pesquisa e inovação nem sequer foram consideradas

Afinal, 96 fundações não poderiam passar despercebidas. Os dados falam por si. Mobilizamos mais de R\$ 5 bilhões por ano, duas vezes o orçamento do MCTIC para 2019; 22 mil projetos de pesquisa, envolvendo uma população de 60 mil pessoas trabalhando nos laboratórios de pesquisa e cerca de 80% das importações de insumos e materiais para P&D; além do apoio a dezenas de parques e incubadoras criados desde a década de 80 nas universidades. Tudo isso, aliás, objetivos do Future-se.

Voltando no tempo, em 2008, pelo Acórdão 2.731, promovido pelo TCU e pelo mesmo MEC, as fundações passariam a sofrer a maior perseguição desencadeada contra o seu funcionamento. Foi chamado de “AI-5 das Fundações”. Em mais de 45 artigos, as dezenas de fundações com diferentes graus de organização passaram a ter de cumprir, de uma hora para outra, regras de burocracia que passaram a consumir 35% do tempo de um cientista. Exemplos dessas regras: todas as notas fiscais deveriam ter o número do projeto assinalado no corpo da nota para serem aceitas como comprovação do gasto; não podíamos dar bolsa a estudantes participantes dos projetos de pesquisa; tínhamos de fazer o recolhimento diário das taxas devidas à universidade como se fôssemos banco, entre outras determinações.

Proibiriam que os recursos de origem privada fossem diretamente para as fundações, e com isso tais aportes entrariam na conta única da União e se tornariam recursos públicos. Quem conhece o meio sabe que isso era um desastre para a captação de recursos de empresas para P&D – tudo o que o Brasil não tem, mas de que precisa para se equiparar a uma nação industrializada. De 2008 até os dias de hoje, a burocracia pública hipertrofiou, tolhendo a finalidade de criação das fundações.

Tal situação chegou ao paroxismo, obrigando o Confies a procurar a cúpula da CGU em 2017 e firmar um acordo de simplificação das regras, talvez mais importante do que inúmeras que não se cumprem no país. Inclusive muitas que constam do Marco Legal de 2016.

Voltando ao presente. De fato, as fundações têm sofrido perseguições contra seu funcionamento há muito tempo. Afinal, sendo gestoras de projetos complexos sob regras rígidas e burocráticas, não é difícil cair em não conformidade. Mas, aos trancos e barrancos, são responsáveis pela gestão de grande parte dos projetos conhecidos e vitoriosos, nas áreas da saúde, da engenharia de petróleo, agrícola, meio ambiente, sistema de transportes e de cidades inteligentes. O caso da Coppe é emblemático, mas há outros a serem contados nas 63 universidades federais do país.

A conclusão é de que, mesmo que o Confies tenha se insurgido contra o Future-se, pleiteando que as fundações fossem consideradas no projeto, só uma mente sem visão da história poderia pensar que trocaríamos a autonomia das instituições federais de ensino superior pela entrada delas no projeto. Afinal, esse ponto encabeçava nossa contraproposta. Ainda bem que a crítica do Confies foi ouvida! O projeto será

submetido à soberania do Congresso Nacional e os demais pontos serão postos aos deputados e senadores. Essa é a verdade.

Fernando Peregrino é presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies).

topo ↕

JORNAL BOM DIA (RS) - TEMPO REAL

UFFS propõe encaminhamentos sobre o programa Future-se

Plenária no Campus Erechim reuniu comunidade universitária para debater a proposta do MEC

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim realizou, na última quinta-feira (22), uma plenária para discutir a proposta do programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O auditório do Bloco A ficou lotado durante todo o evento com a participação não apenas de alunos, professores e técnicos-administrativos da Universidade, mas também com representantes do Poder Legislativo municipal, movimentos sindicais, sociais e de grupos estudantis. A plenária teve a participação do professor Leandro Raizer, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que apresentou os principais tópicos da proposta do MEC.

Para Raizer, o Future-se chega em um dos momentos mais cruciais na história das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), considerando pelo menos os últimos 20 anos. “O que está em jogo é a nossa sobrevivência”, apontou. “A sobrevivência de ensino, de pesquisa e de extensão, sobretudo para as novas instituições que foram criadas na última década. É fundamental o envolvimento de todos para discutirmos essa proposta do MEC, em que medida ela se encaixa, e se atende ou não as nossas demandas. E se não atender essas demandas, precisamos pensar em alternativas para propor ao ministério e ao próprio Congresso Nacional, que é para onde será enviado esse projeto”, disse.

O pesquisador ainda evidenciou diversos estudos feitos na UFRGS voltados para temáticas como políticas de financiamento, ações afirmativas e a relação entre desigualdade e educação - trabalhos que podem servir de subsídios para uma visão mais crítica daquilo que o MEC está propondo. “O Future-se, em vários pontos, vai na contramão do que esses estudos têm mostrado. O efeito que o financiamento de políticas públicas tem na questão da desigualdade educacional é enorme”, destacou. “Se nesse momento nós pararmos de investir na redução das desigualdades, não conseguiremos recuperar isso em médio e longo prazo. A verdade é que talvez nunca consigamos. Se hoje os alunos da universidade evadirem, possivelmente nós nunca conseguiremos recuperar nenhum desses estudantes novamente.”

Vários pontos destacados pelo pesquisador lançaram luz para dúvidas e lacunas do Future-se. “O que será feita com esta proposta quando ela chegar ao Congresso? A cobrança de mensalidades não está prevista nesta proposta atual, mas isto não impede que, chegando ao Congresso Nacional, algum deputado sugira alteração”, disse o professor da UFRGS. “Também nos perguntamos se precisamos de mais uma legislação, visto que já temos a Lei Orgânica das Universidades, o Regimento Único dos Servidores, além dos regulamentos internos que cada universidade tem, das súmulas do TCU, do antigo Ministério do Planejamento, entre outros.”

Na proposta do MEC, a internacionalização das Universidades é abordada, segundo

Raizer, como algo inexistente. “A maioria das 68 Universidades Federais tem programas de internacionalização. Só não há mais porque não há recursos. Não é raro encontrarmos pesquisadores pagando para fazer a internacionalização, pagando para fazer pós-doutorado e estágios no exterior. Os alunos e professores apresentam trabalhos em congressos. Temos também programas para atrair professores visitantes de outros países. Quantos refugiados recebemos em nossas instituições, com muito orgulho? O documento não menciona nada disto”, falou o docente, que também apontou para a falta de elementos do projeto que sejam relativos à extensão universitária.

Na avaliação de Raizer, é impossível fazer uma leitura atual do projeto sem considerá-lo como uma tentativa de privatização. “Isto aparece com as organizações sociais (OS) assumindo a gestão das universidades. Há uma desresponsabilização do Estado no que diz respeito ao financiamento dessas instituições. E isto toca diretamente na Constituição, que diz que é obrigação do Estado financiar. Há também a ideia de subordinar o ensino, a pesquisa e a extensão a necessidades imediatas do mercado. Cursos ou pesquisas que não forem do interesse do mercado não serão financiados.”

Após a fala do professor, a plateia participou com questionamentos e sugestões de proposições no âmbito da UFFS – Campus Erechim. Além da mercantilização da educação pública, outro assunto abordado foi a nomeação do professor Anderson André Genro Alves Ribeiro para o cargo de reitor da Instituição. Ribeiro, que lidera a lista tríplice enviada ao MEC, acompanhou o evento e disse que, apesar do receio, está confiante na nova composição do Conselho Universitário (Consuni) da UFFS.

Ao final da plenária foram propostos os seguintes encaminhamentos acerca do Future-se:

- 1) Solicitar, de forma articulada com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Erechim, uma moção do Poder Legislativo municipal em defesa do financiamento público da educação superior;
- 2) Fazer com que o Future-se seja pauta de um debate institucional no âmbito de toda a UFFS, envolvendo o Consuni e os demais campi da Instituição;
- 3) Solicitar que o Consuni realize uma sessão aberta sobre o tema;
- 4) Utilizar espaços em veículos de comunicação da região para informar a população a respeito das diretrizes do programa.

Diretor da UFFS – Campus Erechim e proponente da plenária, Luís Fernando Santos Corrêa da Silva considera que o evento foi bastante exitoso. “Foi uma discussão bastante importante, tivemos ampla participação da comunidade acadêmica. Isto mostra o interesse em conhecer este tema e também em debater os impactos dele para a Instituição e para o Ensino Superior de modo geral, principalmente o ensino público”, avalia. “Considero que uma das questões mais problemáticas que o Future-se aparenta é a questão da criação de um fundo de apoio para as instituições. Isto fere a autonomia das Universidades e pode comprometer o poder público no financiamento da educação superior”, finaliza.